

- Nas questões a seguir, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas respostas.
- Nas questões que avaliarem **conhecimentos de informática** e(ou) **tecnologia da informação**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

-- PROVAS OBJETIVAS --

-- NOÇÕES DE DIREITO --

Questão 1

De acordo com a Constituição do Estado de Pernambuco, os municípios

- Ⓐ deverão constituir guardas municipais destinadas à preservação da ordem pública.
- Ⓑ deverão constituir guardas municipais destinadas ao policiamento ostensivo.
- Ⓒ deverão constituir guardas municipais destinadas à preservação de seus bens.
- Ⓓ poderão constituir guardas municipais destinadas à preservação da ordem pública.
- Ⓔ poderão constituir guardas municipais destinadas à preservação de seus bens.

JUSTIFICATIVAS

||A|| - 1 Constituição do Estado de Pernambuco (artigos 101 a 105-B)_INCORRETA. De acordo com o artigo 105-B da Constituição do Estado de Pernambuco, os municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à prevenção, proteção e preservação de seus bens, serviços e instalações, observados os preceitos da lei federal.*/

||B|| - 1 Constituição do Estado de Pernambuco (artigos 101 a 105-B)_INCORRETA. De acordo com o artigo 105-B da Constituição do Estado de Pernambuco, os municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à prevenção, proteção e preservação de seus bens, serviços e instalações, observados os preceitos da lei federal.*/

||C|| - 11 Constituição do Estado de Pernambuco (artigos 101 a 105-B)_INCORRETA. De acordo com o artigo 105-B da Constituição do Estado de Pernambuco, os municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à prevenção, proteção e preservação de seus bens, serviços e instalações, observados os preceitos da lei federal.*/

||D|| - 11 Constituição do Estado de Pernambuco (artigos 101 a 105-B)_INCORRETA. De acordo com o artigo 105-B da Constituição do Estado de Pernambuco, os municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à prevenção, proteção e preservação de seus bens, serviços e instalações, observados os preceitos da lei federal.*/

||E|| - 1 Constituição do Estado de Pernambuco (artigos 101 a 105-B)_CORRETA. De acordo com o artigo 105-B da Constituição do Estado de Pernambuco, os municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à prevenção, proteção e preservação de seus bens, serviços e instalações, observados os preceitos da lei federal.*/

Questão 2

Carlos, Gabriel e Juan são policiais civis do estado de Pernambuco e estão respondendo a processo disciplinar pelas seguintes razões: Carlos abandonou o cargo; Gabriel aplicou irregularmente dinheiro público no exercício da função; e Juan participou de manifestações contra atos da administração pública em geral. Nenhum dos três é reincidente nas citadas condutas.

Nessa situação hipotética, conforme as disposições da Lei n.º 6.425/1972 (Estatuto do Policial Civil), a pena de demissão é aplicável a

- Ⓐ Carlos, Gabriel e Juan.
- Ⓑ Carlos e Juan, somente.
- Ⓒ Gabriel e Carlos, somente.
- Ⓓ Gabriel, somente.
- Ⓔ Juan, somente.

JUSTIFICATIVAS

||A|| - 2 Lei n.º 6.425/1972 - Estatuto do Policial Civil_INCORRETA. Somente Gabriel e Carlos estarão sujeitos a pena de demissão, nos termos da Lei n.º 6.425/1972: “Art. 49. A pena de demissão será aplicada nos casos de: (...) III – abandono do cargo; (...) VI – aplicação irregular de dinheiros públicos; (...) XII – prática das transgressões disciplinares previstas nos itens I, VI, VII, VIII, XII, XIII, XXI, XXIII, XXXI, XXXIV, XXXV, XXXVI, XL, XLIII e XLVIII, do artigo 31 deste Estatuto”.*/

||B|| - 2 Lei n.º 6.425/1972 - Estatuto do Policial Civil_INCORRETA. Somente Gabriel e Carlos estarão sujeitos a pena de demissão, nos termos da Lei n.º 6.425/1972: “Art. 49. A pena de demissão será aplicada nos casos de: (...) III – abandono do cargo; (...) VI – aplicação irregular de dinheiros públicos; (...) XII – prática das transgressões disciplinares previstas nos itens I, VI, VII, VIII, XII, XIII, XXI, XXIII, XXXI, XXXIV, XXXV, XXXVI, XL, XLIII e XLVIII, do artigo 31 deste Estatuto”.*/

||C|| - 2 Lei n.º 6.425/1972 - Estatuto do Policial Civil_CORRETA. Somente Gabriel e Carlos estarão sujeitos a pena de demissão, nos termos da Lei n.º 6.425/1972: “Art. 49. A pena de demissão será aplicada nos casos de: (...) III – abandono do cargo; (...) VI – aplicação irregular de dinheiros públicos; (...) XII – prática das transgressões disciplinares previstas nos itens I, VI, VII, VIII, XII, XIII, XXI, XXIII, XXXI, XXXIV, XXXV, XXXVI, XL, XLIII e XLVIII, do artigo 31 deste Estatuto”.*/

||D|| - 2 Lei n.º 6.425/1972 - Estatuto do Policial Civil_INCORRETA. Somente Gabriel e Carlos estarão sujeitos a pena de demissão, nos termos da Lei n.º 6.425/1972: “Art. 49. A pena de demissão será aplicada nos casos de: (...) III – abandono do cargo; (...) VI – aplicação irregular de dinheiros públicos; (...) XII – prática das transgressões disciplinares previstas nos itens I, VI, VII, VIII, XII, XIII, XXI, XXIII, XXXI, XXXIV, XXXV, XXXVI, XL, XLIII e XLVIII, do artigo 31 deste Estatuto”.*/

||E|| - 2 Lei n.º 6.425/1972 - Estatuto do Policial Civil_INCORRETA. Somente Gabriel e Carlos estarão sujeitos a pena de demissão, nos termos da Lei n.º 6.425/1972: “Art. 49. A pena de demissão será aplicada nos casos de: (...) III – abandono do cargo; (...) VI – aplicação irregular de dinheiros públicos; (...) XII – prática das transgressões disciplinares previstas nos itens I, VI, VII, VIII, XII, XIII, XXI, XXIII, XXXI, XXXIV, XXXV, XXXVI, XL, XLIII e XLVIII, do artigo 31 deste Estatuto”.*/

Questão 3

Suponha que um funcionário público civil do estado de Pernambuco tenha sido demitido ilegalmente do serviço público e, por decisão judicial, reingressado no serviço público. Nessa situação hipotética, o seu reingresso denomina-se

- Ⓐ reversão, fazendo ele jus ao ressarcimento das vantagens ligadas ao cargo.
- Ⓑ reversão, não fazendo ele jus ao ressarcimento das vantagens ligadas ao cargo.
- Ⓒ reintegração, não fazendo ele jus ao ressarcimento das vantagens ligadas ao cargo.
- Ⓓ reintegração, fazendo ele jus ao ressarcimento das vantagens ligadas ao cargo.
- Ⓔ recondução, não fazendo ele jus ao ressarcimento das vantagens ligadas ao cargo.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - 3 Lei n.º 6.123/1968 - Estatuto do Servidor do Estado de Pernambuco INCORRETA. Segundo o artigo 66 da Lei n.º 6.123/1968, reintegração é o ato pelo qual o funcionário demitido ou exonerado ilegalmente reingressa no serviço público com o ressarcimento das vantagens ligadas ao cargo.*/*

||B|| - 3 Lei n.º 6.123/1968 - Estatuto do Servidor do Estado de Pernambuco INCORRETA. Segundo o artigo 66 da Lei n.º 6.123/1968, reintegração é o ato pelo qual o funcionário demitido ou exonerado ilegalmente reingressa no serviço público com o ressarcimento das vantagens ligadas ao cargo.*/*

||C|| - 3 Lei n.º 6.123/1968 - Estatuto do Servidor do Estado de Pernambuco INCORRETA. Segundo o artigo 66 da Lei n.º 6.123/1968, reintegração é o ato pelo qual o funcionário demitido ou exonerado ilegalmente reingressa no serviço público com o ressarcimento das vantagens ligadas ao cargo.*/*

||D|| - 3 Lei n.º 6.123/1968 - Estatuto do Servidor do Estado de Pernambuco CORRETA. Segundo o artigo 66 da Lei n.º 6.123/1968, reintegração é o ato pelo qual o funcionário demitido ou exonerado ilegalmente reingressa no serviço público com o ressarcimento das vantagens ligadas ao cargo.*/*

||E|| - 3 Lei n.º 6.123/1968 - Estatuto do Servidor do Estado de Pernambuco INCORRETA. Segundo o artigo 66 da Lei n.º 6.123/1968, reintegração é o ato pelo qual o funcionário demitido ou exonerado ilegalmente reingressa no serviço público com o ressarcimento das vantagens ligadas ao cargo.*/*

Questão 4

De acordo com a Lei Complementar n.º 137/2008, que institui o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos para os integrantes do quadro próprio de pessoal da Polícia Civil de Pernambuco, está impedido de concorrer à progressão o servidor que

- Ⓐ tiver sido acusado de infração disciplinar.
- Ⓑ não possuir o curso de formação exigido para o cargo.
- Ⓒ estiver há menos de cinco anos no exercício do cargo.
- Ⓓ tiver cumprido pena por condenação na esfera criminal.
- Ⓔ tiver sido punido com pena disciplinar de repreensão.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - 4 Lei Complementar n.º 137/2008. INCORRETA. A mera acusação não está prevista como condição que impede a progressão. Lei Complementar n.º 137/2008: “Art. 15. Não concorrerá à progressão o servidor: (...) V – que tiver sido condenado criminalmente por sentença transitada em julgado ou punido disciplinarmente com pena de suspensão. Parágrafo único. No caso do inciso V, o servidor só poderá concorrer à progressão, após decorrido o cumprimento da pena ou da punição disciplinar imputada.”.*/*

||B|| - 4 Lei Complementar n.º 137/2008. CORRETA. Lei Complementar n.º 137/2008: “Art. 15. Não concorrerá à progressão o servidor: (...) II – que não possuir o curso de formação exigido para o cargo.”.*/*

||C|| - 4 Lei Complementar n.º 137/2008. INCORRETA. Não há tal impedimento entre os incisos do art. 15 da Lei Complementar n.º 137/2008. O estágio probatório, condição impeditiva estabelecida no inc. I do art. 15 da citada lei, é cumprido em 3 anos.*/*

||D|| - 4 Lei Complementar n.º 137/2008. INCORRETA. O cumprimento da pena é condição que autoriza o servidor a voltar a concorrer à progressão. Lei Complementar n.º 137/2008: “Art. 15. Não concorrerá à progressão o servidor: (...) V – que tiver sido condenado criminalmente por sentença transitada em julgado ou punido disciplinarmente com pena de suspensão. Parágrafo único. No caso do inciso V, o servidor só poderá concorrer à progressão, após decorrido o cumprimento da pena ou da punição disciplinar imputada.”.*/*

||E|| - 4 Lei Complementar n.º 137/2008. INCORRETA. A Lei Complementar n.º 137/2008 indica a pena de suspensão, e não a de repreensão: “Art. 15. Não concorrerá à progressão o servidor: (...) V – que tiver sido condenado criminalmente por sentença transitada em julgado ou punido disciplinarmente com pena de suspensão.”.*/*

Questão 5

Com fundamento na Constituição Federal de 1988 (CF) e na doutrina majoritária em matéria constitucional, julgue os itens a seguir.

- I A dignidade da pessoa humana e a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação, são princípios fundamentais previstos na CF.
- II O poder constituinte originário é caracterizado pela momentaneidade, já que se exaure após estabelecida a Constituição de um país.
- III A norma constitucional que dispõe sobre a identificação criminal do civilmente identificado tem aplicabilidade indireta, mediata e reduzida.
- IV A CF veda, expressa e integralmente, a retroatividade da lei penal.
- V Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que fizer pedido expresso nesse sentido perante autoridade brasileira competente, ressalvadas situações que acarretem apatridia.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas os itens I e V estão certos.
- Ⓑ Apenas os itens II e IV estão certos.
- Ⓒ Apenas os itens I, III e V estão certos.
- Ⓓ Apenas os itens II, III e IV estão certos.
- Ⓔ Todos os itens estão certos.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - 1 Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. 1.1 Princípios fundamentais. 1.2 Poderes Constituintes Originário, Derivado e Decorrente.

2 Aplicabilidade das normas constitucionais.

3 Direitos e garantias fundamentais. CORRETA. O item I está certo, pois os princípios fundamentais estão previstos nos arts. de 1.º a 4.º da CF, entre eles: a dignidade da pessoa humana (art. 1.º, III) e a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (art. 3.º, IV). O item II está errado, pois o poder constituinte originário é caracterizado por ser permanente (ou perene), pois não se exaure após estabelecer a Constituição de um país. O item III está errado, pois o civilmente identificado não será submetido a identificação criminal, salvo nas hipóteses previstas em lei (CF, art. 5.º, LVIII). Trata-se, portanto, de norma de eficácia contida, porquanto está apta a produzir todos os seus efeitos desde a

promulgação do texto constitucional, mas pode sofrer limitações ou restrições pelo legislador. Logo, tem aplicabilidade direta, imediata, mas possivelmente não integral. O item IV está errado, pois a lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu (CF, art. 5.º, XL). O item V está certo, pois será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que fizer pedido expresso nesse sentido perante autoridade brasileira competente, ressalvadas situações que acarretem apatridia (CF, art. 12, § 4.º, II).*/

||B|| - 1 Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

1.1 Princípios fundamentais. 1.2 Poderes Constituintes Originário, Derivado e Decorrente.

2 Aplicabilidade das normas constitucionais.

3 Direitos e garantias fundamentais. _INCORRETA. Apenas os itens I e V estão certos.*/

||C|| - 1 Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

1.1 Princípios fundamentais. 1.2 Poderes Constituintes Originário, Derivado e Decorrente.

2 Aplicabilidade das normas constitucionais.

3 Direitos e garantias fundamentais. _INCORRETA. Apenas os itens I e V estão certos.*/

||D|| - 1 Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

1.1 Princípios fundamentais. 1.2 Poderes Constituintes Originário, Derivado e Decorrente.

2 Aplicabilidade das normas constitucionais.

3 Direitos e garantias fundamentais. _INCORRETA. Apenas os itens I e V estão certos.*/

||E|| - 1 Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

1.1 Princípios fundamentais. 1.2 Poderes Constituintes Originário, Derivado e Decorrente.

2 Aplicabilidade das normas constitucionais.

3 Direitos e garantias fundamentais. _INCORRETA. Apenas os itens I e V estão certos.*/



Questão 6

Julgue os seguintes itens, com base no texto da CF vigente e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF).

- I A organização político-administrativa do Brasil compreende a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, todos dotados de autonomia, nos termos da CF.
- II É vedado ao estado de Pernambuco estabelecer idade e tempo de contribuição diferenciados para aposentadoria dos ocupantes dos cargos de agente e de escrivão da Polícia Civil de Pernambuco.
- III Segundo o STF, o exercício do direito de greve, sob qualquer forma ou modalidade, é vedado aos policiais civis e a todos os servidores públicos que atuem diretamente na área de segurança pública.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas o item I está certo.
- Ⓑ Apenas o item II está certo.
- Ⓒ Apenas os itens I e III estão certos.
- Ⓓ Apenas os itens II e III estão certos.
- Ⓔ Todos os itens estão certos.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - 4 Organização político-administrativa do Estado. 4.1 Estado federal brasileiro, União, estados, Distrito Federal, municípios e territórios.

5 Administração pública. 5.1 Disposições gerais, servidores públicos. _INCORRETA. Apenas os itens I e III estão certos.*/

||B|| - 4 Organização político-administrativa do Estado. 4.1 Estado federal brasileiro, União, estados, Distrito Federal, municípios e territórios.

5 Administração pública. 5.1 Disposições gerais, servidores públicos. _INCORRETA. Apenas os itens I e III estão certos.*/

||C|| - 4 Organização político-administrativa do Estado. 4.1 Estado federal brasileiro, União, estados, Distrito Federal, municípios e territórios.

5 Administração pública. 5.1 Disposições gerais, servidores públicos. _CORRETA. O item I está certo, porque a organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, todos autônomos, nos termos da CF (art. 18). O item II está errado, porque poderão ser estabelecidos, por lei complementar do respectivo ente federativo, idade e tempo de contribuição diferenciados para aposentadoria de ocupantes do cargo de agente penitenciário, de agente socioeducativo ou de policial dos órgãos de que tratam o inciso IV do art. 51, o inciso XIII do art. 52 e os incisos de I a IV do art. 144 (CF, art. 40, § 4.º-B). O item III está certo. “Ementa: CONSTITUCIONAL. GARANTIA DA SEGURANÇA INTERNA, ORDEM PÚBLICA E PAZ SOCIAL. INTERPRETAÇÃO TELEOLÓGICA DOS ART. 9.º, § 1.º, ART. 37, VII, E ART. 144, DA CF. VEDAÇÃO ABSOLUTA AO EXERCÍCIO DO DIREITO DE GREVE AOS SERVIDORES PÚBLICOS INTEGRANTES DAS CARREIRAS DE SEGURANÇA PÚBLICA. 1. A atividade policial é carreira de Estado imprescindível a manutenção da normalidade democrática, sendo impossível sua complementação ou substituição pela atividade privada. A carreira policial é o braço armado do Estado, responsável pela garantia da segurança interna, ordem pública e paz social. E o Estado não faz greve. O Estado em greve é anárquico. A Constituição Federal não permite. 2. Aparente colisão de direitos. Prevalência do interesse público e social na manutenção da segurança interna, da ordem pública e da paz social sobre o interesse individual de determinada categoria de servidores públicos. Impossibilidade absoluta do exercício do direito de greve às carreiras policiais. Interpretação teleológica do texto constitucional, em especial dos artigos 9.º, § 1.º, 37, VII e 144. 3. Recurso provido, com afirmação de tese de repercussão geral: 1 – O exercício do direito de greve, sob qualquer forma ou modalidade, é vedado aos policiais civis e a todos os servidores públicos que atuem diretamente na área de segurança pública. 2 – É obrigatória a participação do Poder Público em mediação instaurada pelos órgãos classistas das carreiras de segurança pública, nos termos do art. 165 do Código de Processo Civil, para vocalização dos interesses da categoria.” (ARE 654432, relator ministro Edson Fachin, relator p/ Acórdão: ministro Alexandre de Moraes, Tribunal Pleno, julgado em 5/4/2017, Processo Eletrônico DJe-114, divulgado em 8/6/2018, publicado em 11/6/2018).*/

||D|| - 4 Organização político-administrativa do Estado. 4.1 Estado federal brasileiro, União, estados, Distrito Federal, municípios e territórios.

5 Administração pública. 5.1 Disposições gerais, servidores públicos. _INCORRETA. Apenas os itens I e III estão certos.*/

||E|| - 4 Organização político-administrativa do Estado. 4.1 Estado federal brasileiro, União, estados, Distrito Federal, municípios e territórios.

5 Administração pública. 5.1 Disposições gerais, servidores públicos. _INCORRETA. Apenas os itens I e III estão certos.*/

Questão 7

Julgue os itens que se seguem, referentes aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

- I No âmbito federal, o Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, cujos membros são eleitos segundo o princípio majoritário, para mandato de quatro anos.
- II Em caso de impedimento do presidente e do vice-presidente da República, ou na vacância dos respectivos cargos, serão chamados ao exercício da Presidência, sucessivamente, o presidente da Câmara dos Deputados, o do Senado Federal e o do STF.
- III O Conselho Nacional de Justiça e o Superior Tribunal de Justiça Desportiva são órgãos integrantes do Poder Judiciário.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item I está certo.
- B** Apenas o item II está certo.
- C** Apenas os itens I e III estão certos.
- D** Apenas os itens II e III estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - 6 Poder executivo. 7 Poder legislativo. 8 Poder judiciário. INCORRETA. Apenas o item II está certo.*

||B|| - 6 Poder executivo. 7 Poder legislativo. 8 Poder judiciário. CORRETA. O item I está errado, pois o Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, que se compõe da Câmara dos Deputados e do Senado Federal (CF, art. 44). A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos, pelo sistema proporcional (CF, art. 45). O Senado Federal compõe-se de representantes dos estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio majoritário (CF, art. 46), com mandato de oito anos (CF, art. 46, § 1.º). O item II está certo, pois, em caso de impedimento do presidente e do vice-presidente da República, ou na vacância dos respectivos cargos, serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência o presidente da Câmara dos Deputados, o do Senado Federal e o do Supremo Tribunal Federal (CF, art. 80).

O item III está errado, pois são órgãos do Poder Judiciário (CF, art. 92): o Supremo Tribunal Federal; o Conselho Nacional de Justiça; o Superior Tribunal de Justiça; o Tribunal Superior do Trabalho; os tribunais regionais federais e juízes federais; os tribunais e juízes do trabalho; os tribunais e juízes eleitorais; os tribunais e juízes militares; e os tribunais e juízes dos estados e do Distrito Federal e territórios. Portanto, o Superior Tribunal de Justiça Desportiva não integra o Poder Judiciário.*

||C|| - 6 Poder executivo. 7 Poder legislativo. 8 Poder judiciário. INCORRETA. Apenas o item II está certo.*

||D|| - 6 Poder executivo. 7 Poder legislativo. 8 Poder judiciário. INCORRETA. Apenas o item II está certo.*

||E|| - 6 Poder executivo. 7 Poder legislativo. 8 Poder judiciário. INCORRETA. Apenas o item II está certo.*

Questão 8

Com fundamento na legislação vigente e na doutrina majoritária a respeito da administração pública, de serviços públicos e de contratos administrativos, julgue os próximos itens.

- I Em sentido subjetivo, formal ou orgânico, a expressão administração pública designa os entes que exercem a atividade administrativa, tais como pessoas jurídicas, órgãos e agentes públicos.
- II É corolário do princípio da supremacia do interesse público a previsão, em lei, de cláusulas exorbitantes aplicáveis aos contratos administrativos.
- III É legítima a interrupção do fornecimento de energia elétrica por razões de ordem técnica, de segurança das instalações, ou, ainda, em virtude do inadimplemento do usuário, quando houver o devido aviso prévio pela concessionária sobre o possível corte no fornecimento do serviço.
- IV As polícias civis integram a administração pública indireta dos respectivos estados.

Estão certos apenas os itens

- A** I e III.
- B** I e IV.
- C** II e IV.
- D** I, II e III.
- E** II, III e IV.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - 1 Estado, governo e administração pública. 5 Regime jurídico- administrativo. 5.2 Princípios expressos e implícitos da administração pública. 7 Serviços públicos. 8 Organização administrativa. 8.2 Administração direta e indireta. 11 Licitações e contratos administrativos. INCORRETA. Apenas os itens I, II e III estão certos.*

||B|| - 1 Estado, governo e administração pública. 5 Regime jurídico- administrativo. 5.2 Princípios expressos e implícitos da administração pública. 7 Serviços públicos. 8 Organização administrativa. 8.2 Administração direta e indireta. 11 Licitações e contratos administrativos. INCORRETA. Apenas os itens I, II e III estão certos.*

||C|| - 1 Estado, governo e administração pública. 5 Regime jurídico- administrativo. 5.2 Princípios expressos e implícitos da administração pública. 7 Serviços públicos. 8 Organização administrativa. 8.2 Administração direta e indireta. 11 Licitações e contratos administrativos. CORRETA. O item I está certo. Segundo a doutrina majoritária, em sentido subjetivo, formal ou orgânico, a expressão administração pública designa os entes que exercem a atividade administrativa, compreendendo pessoas jurídicas, órgãos e agentes públicos incumbidos de exercer a função administrativa. O item II está certo. Cláusulas exorbitantes são aquelas que excedem do direito comum (privado) para consignar uma vantagem ou uma restrição à administração ou ao contrato, razão pela qual não são lícitas em um contrato de direito privado, porque desiguam as partes na execução do contrato. Entretanto, são absolutamente válidas em um contrato administrativo, uma vez que decorrem da lei ou dos princípios que regem a atividade administrativa, dentre eles a supremacia do interesse público sobre o privado. Com efeito, visam estabelecer prerrogativas em favor de uma das partes, quase sempre em favor da administração, objetivando, sempre, o perfeito atendimento do interesse público, o qual se sobrepõe ao interesse particular. O item III está certo. Não se caracteriza como descontinuidade do serviço a sua interrupção em situação de emergência ou após prévio aviso, quando: (i) motivada por razões de ordem técnica ou de segurança das instalações; e (ii)

por inadimplemento do usuário, considerado o interesse da coletividade (Lei n.º 8.987/1995, art. 6.º, § 3.º). No mesmo sentido é a jurisprudência do STJ: “é legítima a interrupção do fornecimento de energia elétrica por razões de ordem técnica, de segurança das instalações, ou ainda, em virtude do inadimplemento do usuário, quando houver o devido aviso prévio pela concessionária sobre o possível corte no fornecimento do serviço” (STJ, 1.ª Turma, REsp 1270339/SC, rel. min. Gurgel de Faria, julgado em 15/12/2016). O item IV está errado. As polícias civis são órgãos dos estados, razão pela qual integram sua administração direta.* /

||D|| - 1 Estado, governo e administração pública. 5 Regime jurídico- administrativo. 5.2 Princípios expressos e implícitos da administração pública. 7 Serviços públicos. 8 Organização administrativa. 8.2 Administração direta e indireta. 11 Licitações e contratos administrativos. _INCORRETA. Apenas os itens I, II e III estão certos.* /

||E|| - 1 Estado, governo e administração pública. 5 Regime jurídico- administrativo. 5.2 Princípios expressos e implícitos da administração pública. 7 Serviços públicos. 8 Organização administrativa. 8.2 Administração direta e indireta. 11 Licitações e contratos administrativos. _INCORRETA. Apenas os itens I, II e III estão certos.* /



Questão 9

Considerando as disposições da CF acerca da responsabilidade civil do Estado, julgue os itens a seguir.

- I As polícias civis responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, eventualmente causarem a terceiros.
- II O direito de regresso do Estado contra o responsável pelo dano é assegurado nos casos de dolo ou culpa do agente causador do dano.
- III A responsabilidade civil por danos nucleares independe da existência de culpa.

Assinale a opção correta.

- ☐ A Apenas o item I está certo.
- ☐ B Apenas o item II está certo.
- ☐ C Apenas os itens I e II estão certos.
- ☐ D Apenas os itens II e III estão certos.
- ☐ E Todos os itens estão certos.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - 6 Responsabilidade civil do Estado. _INCORRETA. Apenas os itens II e III estão certos.* /

||B|| - 6 Responsabilidade civil do Estado. _INCORRETA. Apenas os itens II e III estão certos.* /

||C|| - 6 Responsabilidade civil do Estado. _INCORRETA. Apenas os itens II e III estão certos.* /

||D|| - 6 Responsabilidade civil do Estado. _CORRETA. O item I está errado. De acordo com a CF, as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa (CF, art. 37, § 6.º). Contudo, dado que as polícias civis não possuem personalidade jurídica, a responsabilidade pelo dano será do respectivo estado. O item II está certo. Na responsabilidade civil da administração pública, o direito de regresso contra o responsável pelo dano é assegurado nos casos de dolo ou culpa do agente causador do dano. O item III está certo. A responsabilidade civil por danos nucleares independe da existência de culpa (CF, art. 21, XXIII, d).* /

||E|| - 6 Responsabilidade civil do Estado. _INCORRETA. Apenas os itens II e III estão certos.* /



Questão 10

A luz da CF e da jurisprudência do STF, julgue os seguintes itens.

- I Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.
- II Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos estrangeiros, na forma da lei.
- III A administração pública pode anular os próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade.

Assinale a opção correta.

- ☐ A Apenas o item I está certo.
- ☐ B Apenas o item III está certo.
- ☐ C Apenas os itens I e II estão certos.
- ☐ D Apenas os itens II e III estão certos.
- ☐ E Todos os itens estão certos.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - 9 Controle da administração pública. 9.1 Controle exercido pela administração pública. 9.4 Improbidade administrativa.

12 Agente público. 12.1 Legislação pertinente. 12.1.1 Disposições constitucionais aplicáveis.

13 Cargo, emprego e função pública. _INCORRETA. Todos os itens estão certos.* /

||B|| - 9 Controle da administração pública. 9.1 Controle exercido pela administração pública. 9.4 Improbidade administrativa.

12 Agente público. 12.1 Legislação pertinente. 12.1.1 Disposições constitucionais aplicáveis.

13 Cargo, emprego e função pública. _INCORRETA. Todos os itens estão certos.* /

||C|| - 9 Controle da administração pública. 9.1 Controle exercido pela administração pública. 9.4 Improbidade administrativa.

12 Agente público. 12.1 Legislação pertinente. 12.1.1 Disposições constitucionais aplicáveis.

13 Cargo, emprego e função pública. _INCORRETA. Todos os itens estão certos.* /

||D|| - 9 Controle da administração pública. 9.1 Controle exercido pela administração pública. 9.4 Improbidade administrativa.

12 Agente público. 12.1 Legislação pertinente. 12.1.1 Disposições constitucionais aplicáveis.

13 Cargo, emprego e função pública. _INCORRETA. Todos os itens estão certos.* /

||E|| - 9 Controle da administração pública. 9.1 Controle exercido pela administração pública. 9.4 Improbidade administrativa.

12 Agente público. 12.1 Legislação pertinente. 12.1.1 Disposições constitucionais aplicáveis.

13 Cargo, emprego e função pública. _CORRETA. O item I está certo. Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível (CF, art. 37, § 4.º). O item II está certo. Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei (CF, art. 37, I). O item III está certo. A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos, ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial (Súmula n.º 473 do STF).* /

Questão 11

Durante a noite, uma pessoa adentrou clandestinamente em uma loja que comercializa aparelhos eletrônicos e subtraiu diversos celulares, mas foi detida em flagrante pela polícia.

A partir dessa situação hipotética, assinale a opção correta em relação à causa de aumento de pena no caso de furto noturno, à luz do entendimento consolidado pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ).

- Ⓐ O fato de a ação delitiva ter ocorrido em estabelecimento comercial enseja, por si só, o aumento da pena aplicável ao furto noturno.
- Ⓑ A presença de outra pessoa dentro do estabelecimento comercial no momento da ação delitosa seria causa de aumento de pena relativa ao furto noturno.
- Ⓒ Para a incidência de causa de aumento de pena relativa ao furto noturno, é imprescindível a comprovação de falta de iluminação adequada no local de ocorrência do delito.
- Ⓓ Para a incidência de causa de aumento de pena relativa ao furto noturno, é preciso representação da vítima.
- Ⓔ A ocorrência do furto à noite e em situação de repouso configura causa de aumento de pena relativa ao furto noturno, independentemente de o local estar ou não habitado.

JUSTIFICATIVAS

||A|| - 5 Crimes contra o patrimônio.

INCORRETA. O STJ firmou, em sede de recurso repetitivo (Tema 1.144), a tese de que “são irrelevantes os fatos das vítimas estarem, ou não, dormindo no momento do crime, ou o local de sua ocorrência, em estabelecimento comercial, via pública, residência desabitada ou em veículos, bastando que o furto ocorra, obrigatoriamente, à noite e em situação de repouso”. A questão foi submetida a julgamento no âmbito do REsp 1.979.989/RS, proferido pela Terceira Seção do STJ, de relatoria do ministro Joel Ilan Paciornik, publicado no DJe de 27/6/2022.*

||B|| - 5 Crimes contra o patrimônio.

INCORRETA. O STJ firmou, em sede de recurso repetitivo (Tema 1.144), a tese de que “são irrelevantes os fatos das vítimas estarem, ou não, dormindo no momento do crime, ou o local de sua ocorrência, em estabelecimento comercial, via pública, residência desabitada ou em veículos, bastando que o furto ocorra, obrigatoriamente, à noite e em situação de repouso”. A questão foi submetida a julgamento no âmbito do REsp 1.979.989/RS, proferido pela Terceira Seção do STJ, de relatoria do ministro Joel Ilan Paciornik, publicado no DJe de 27/6/2022.*

||C|| - 5 Crimes contra o patrimônio.

INCORRETA. O STJ não exige essa circunstância.*

||D|| - 5 Crimes contra o patrimônio.

INCORRETA. Não há exigência legal de representação para da vítima para a configuração de causa de aumento de pena relativa ao furto noturno.*

||E|| - 5 Crimes contra o patrimônio.

CORRETA. O STJ firmou, em sede de recurso repetitivo (Tema 1.144), a tese de que “são irrelevantes os fatos das vítimas estarem, ou não, dormindo no momento do crime, ou o local de sua ocorrência, em estabelecimento comercial, via pública, residência desabitada ou em veículos, bastando que o furto ocorra, obrigatoriamente, à noite e em situação de repouso”. A questão foi submetida a julgamento no âmbito do REsp 1.979.989/RS, proferido pela Terceira Seção do STJ, de relatoria do ministro Joel Ilan Paciornik, publicado no DJe de 27/6/2022.*

Questão 12

De acordo com a Lei n.º 13.869/2019, que dispõe acerca do abuso de autoridade, assinale a opção correta.

- Ⓐ Divergência na interpretação de lei ou na avaliação de fatos e provas não configura abuso de autoridade.
- Ⓑ Para que agente público responda pelo crime de abuso de autoridade, é suficiente que sua conduta tenha sido praticada mediante dolo geral.
- Ⓒ O rol de sujeitos ativos do crime de abuso de autoridade estabelecido na citada lei é taxativo.
- Ⓓ Os sujeitos ativos do crime de abuso de autoridade são necessariamente servidores públicos, ocupantes de cargo efetivo.
- Ⓔ Os crimes previstos na lei citada são processados mediante ação penal pública condicionada à representação.

JUSTIFICATIVAS

||A|| - 10 Crimes de Abuso de Autoridade (Lei nº13.869/2019)_CORRETA. A assertiva está em consonância com o § 2.º do art. 1.º da Lei nº 13.869/2019.*

||B|| - 10 Crimes de Abuso de Autoridade (Lei nº13.869/2019)_INCORRETA. O agente só comete crime de abuso de autoridade se praticar a conduta com a finalidade específica de prejudicar alguém, beneficiar alguém ou beneficiar a si mesmo ou a terceiro, ou, ainda, por mero capricho ou satisfação pessoal, conforme dicção do § 1.º do art. 1.º da Lei nº 13.869/2019.*

||C|| - 10 Crimes de Abuso de Autoridade (Lei nº13.869/2019)_INCORRETA. O rol é meramente exemplificativo, conforme redação do art. 2.º da Lei nº 13.869/2019.*

||D|| - 10 Crimes de Abuso de Autoridade (Lei nº13.869/2019)_INCORRETA. O artigo 1.º da Lei nº 13.869/2019 estabelece que os crimes de abuso de autoridade podem ser cometidos “por agente público, servidor ou não, que, no exercício de suas funções ou a pretexto de exercê-las, abuse do poder que lhes tenha sido atribuído”.*

||E|| - 10 Crimes de Abuso de Autoridade (Lei nº13.869/2019)_INCORRETA. Nos termos do art. 3.º da Lei nº 13.869/2019, a ação penal será pública incondicionada.*

Questão 13

Marta, com 18 anos de idade, conheceu Jacinto em uma festa. Após algum tempo de conversa, Jacinto, simulando portar uma arma de fogo, constrangeu Marta fisicamente a fazer sexo oral, sem o consentimento dela.

Acerca dessa situação hipotética, julgue os itens subsecutivos, considerando a legislação penal brasileira e o entendimento jurisprudencial do STJ.

- I O ato praticado por Jacinto configura apenas constrangimento ilegal, uma vez que não houve conjunção carnal.
- II Jacinto praticou o crime de importunação sexual.
- III A simulação do porte de arma de fogo pode configurar grave ameaça para fins de estupro.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas o item I está certo.
- Ⓑ Apenas o item II está certo.
- Ⓒ Apenas o item III está certo.
- Ⓓ Apenas os itens I e III estão certos.
- Ⓔ Apenas os itens II e III estão certos.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - 6 Crimes contra a dignidade sexual. INCORRETA. O item I está errado, pois o estupro não se limita à conjunção carnal, sendo possível a configuração do crime mesmo sem essa prática.* /

||B|| - 6 Crimes contra a dignidade sexual. INCORRETA. O item II está errado, porque foi praticado o crime de estupro, pois houve violência e grave ameaça na conduta, conforme artigo 213 do Código Penal.* /

||C|| - 6 Crimes contra a dignidade sexual. CORRETA. O item III está certo, pois a jurisprudência do STJ tem-se firmado no sentido de que a simulação de porte de arma de fogo, desde que seja fato comprovado e confirmado pelas instâncias ordinárias, pode configurar grave ameaça, pois é esse de fato o sentimento unilateral provocado no espírito da vítima subjugada. (REsp 1.916.611-RJ, relator ministro Olindo Menezes (desembargador convocado do TRF 1.ª Região), Sexta Turma, julgado em 21/9/2021)* /

||D|| - 6 Crimes contra a dignidade sexual. INCORRETA. O item I está errado, pois o estupro não se limita à conjunção carnal, sendo possível a configuração do crime mesmo sem essa prática.* /

||E|| - 6 Crimes contra a dignidade sexual. INCORRETA. O item II está errado, porque foi praticado o crime de estupro, pois houve violência e grave ameaça na conduta, conforme artigo 213 do Código Penal.* /

**Questão 14**

Durante uma *blitz* de trânsito, o condutor João se recusou a realizar o teste do etilômetro (bafômetro) e se negou a entregar sua carteira nacional de habilitação aos policiais.

Nessa situação hipotética, João cometeu

- A** crime de desacato.
- B** crime de embriaguez ao volante.
- C** contravenção penal de perturbação do trabalho alheio.
- D** infração administrativa classificada como gravíssima.
- E** crime de dirigir veículo sem habilitação.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - 7 Crimes contra a administração pública. INCORRETA. O crime de desacato é previsto no Código Penal como crime praticado por particular contra a administração pública, e não há dados na situação hipotética que permitam concluir a ocorrência desse crime no caso.* /

||B|| - 14 Crimes de Trânsito (Lei nº 9.503/1997)

INCORRETA. O crime de embriaguez ao volante está descrito no artigo 306 do CTB, mas a situação não menciona a constatação da embriaguez, apenas a recusa ao teste do etilômetro.* /

||C|| - 2 Crime e Contravenção Penal. INCORRETA. Lei de Contravenções Penais: “Perturbação do Trabalho ou do Sossego Alheios. Art. 42. Perturbar alguém, o trabalho ou o sossego alheios: I – com gritaria ou algazarra; II – exercendo profissão incômoda ou ruidosa, em desacordo com as prescrições legais; III – abusando de instrumentos sonoros ou sinais acústicos; IV – provocando ou não procurando impedir barulho produzido por animal de que tem guarda”. A situação hipotética não retrata nenhuma dessas condutas, logo não há que se falar na citada contravenção penal.* /

||D|| - 14 Crimes de Trânsito (Lei nº 9.503/1997)

CORRETA. A recusa ao teste do etilômetro está prevista no artigo 165-A do CTB como infração gravíssima, sujeita a penalidades específicas.* /

||E|| - 14 Crimes de Trânsito (Lei nº 9.503/1997)

INCORRETA. O crime de dirigir veículo sem habilitação está previsto no artigo 309 do CTB, mas a situação não envolve essa infração.* /

**Questão 15**

O agente de polícia Júlio, ao tomar conhecimento da prática de um furto qualificado, solicitou dinheiro a um suspeito, com a promessa de não incluir o nome deste no relatório oficial.

Nessa situação hipotética, Júlio cometeu o crime de

- A** concussão.
- B** corrupção passiva.
- C** peculato.
- D** prevaricação.
- E** emprego irregular de verbas ou rendas públicas.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - 7 Crimes contra a administração pública. INCORRETA. A concussão, nos moldes do art. 316 do Código Penal, normalmente envolve coerção, ameaça ou uso de violência para obtenção da vantagem.* /

||B|| - 7 Crimes contra a administração pública. CORRETA. Nos termos do art. 317 do Código Penal, a corrupção passiva ocorre quando o agente solicita ou recebe vantagem indevida em razão de sua função. No caso em apreço, Júlio utilizou-se de sua posição como policial para obter vantagem pessoal.* /

||C|| - 7 Crimes contra a administração pública. INCORRETA. O peculato refere-se à apropriação indevida de dinheiro ou bens públicos pelo agente público, não se aplicando à situação apresentada.* /

||D|| - 7 Crimes contra a administração pública. INCORRETA. A prevaricação ocorre quando o servidor público deixa de praticar ato de ofício, retardando ou deixando de agir, o que não está retratado no caso.* /

||E|| - 7 Crimes contra a administração pública. INCORRETA. Não se aplica à situação apresentada, pois se trata de mau uso de recursos públicos, não envolvendo a solicitação de vantagem pessoal pelo servidor público.* /

**Questão 16**

Assinale a opção correta em relação às normas gerais do processo penal.

- A** Os crimes militares são apurados segundo as regras do Código de Processo Penal (CPP), sendo o Código de Processo Penal Militar aplicado de forma subsidiária.
- B** A superveniência de nova lei processual invalida os atos processuais praticados na vigência da lei anterior, salvo se houver ratificação.
- C** Em regra, a nova lei processual só alcança as ações penais referentes a crimes praticados após a sua vigência, sob pena de violação ao princípio da irretroatividade.
- D** É vedada a interpretação extensiva das normas processuais penais, uma vez que vigora o princípio da estrita legalidade.
- E** Admite-se a aplicação analógica de leis processuais penais, bem como a suplementação pelos princípios gerais do direito.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - 1 Aplicação da lei processual no tempo, no espaço e em relação às pessoas. 1.1 Disposições preliminares do Código de Processo Penal. INCORRETA. Código de Processo Penal: “Art. 1.º O processo penal rege-se-á, em todo o território brasileiro, por este Código, ressalvados: (...) III – os processos da competência da Justiça Militar”.* /

||B|| - 1 Aplicação da lei processual no tempo, no espaço e em relação às pessoas. 1.1 Disposições preliminares do Código de Processo Penal. INCORRETA. Código de Processo Penal: “Art. 2.º A lei processual penal aplicar-se-á desde logo, sem prejuízo da validade dos atos realizados sob a vigência da lei anterior”.* /

||C|| - 1 Aplicação da lei processual no tempo, no espaço e em relação às pessoas. 1.1 Disposições preliminares do Código de Processo Penal. INCORRETA. Código de Processo Penal: “Art. 2.º A lei processual penal aplicar-se-á desde logo, sem prejuízo da validade dos atos realizados sob a vigência da lei anterior”.*/

||D|| - 1 Aplicação da lei processual no tempo, no espaço e em relação às pessoas. 1.1 Disposições preliminares do Código de Processo Penal. INCORRETA. Código de Processo Penal: “Art. 3.º A lei processual penal admitirá interpretação extensiva e aplicação analógica, bem como o suplemento dos princípios gerais de direito”.*/

||E|| - 1 Aplicação da lei processual no tempo, no espaço e em relação às pessoas. 1.1 Disposições preliminares do Código de Processo Penal. CORRETA. Código de Processo Penal: “Art. 3.º A lei processual penal admitirá interpretação extensiva e aplicação analógica, bem como o suplemento dos princípios gerais de direito”.*/



Questão 17

Considere que tenha sido instaurado inquérito para apurar a ocorrência de crime de tráfico de pessoas e que, no curso do procedimento para o esclarecimento do fato, tenha-se revelado necessária a requisição de informações cadastrais do investigado constantes do banco de dados de uma empresa privada. Nesse caso,

- Ⓐ apenas o Ministério Público poderá requisitar tais informações, porém a diligência dependerá de autorização judicial.
- Ⓑ a autoridade policial e o Ministério Público poderão requisitar tais informações diretamente à empresa, a qual terá prazo de 24 horas para atender essa requisição.
- Ⓒ apenas a autoridade policial poderá requisitar tais informações, sendo a diligência dependente de autorização judicial.
- Ⓓ a autoridade policial e o Ministério Público poderão requisitar tais informações, porém a diligência dependerá de autorização judicial.
- Ⓔ a autoridade policial e o Ministério Público poderão requisitar tais informações; porém, no caso da autoridade policial, a diligência dependerá de autorização judicial.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - 2 Inquérito policial INCORRETA. Código de Processo Penal: “Art. 13-A. Nos crimes previstos nos arts. 148, 149 e 149-A [tráfico de pessoas], no § 3.º do art. 158 e no art. 159 do Decreto-lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e no art. 239 da Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), o membro do Ministério Público ou o delegado de polícia poderá requisitar, de quaisquer órgãos do poder público ou de empresas da iniciativa privada, dados e informações cadastrais da vítima ou de suspeitos. Parágrafo único. A requisição, que será atendida no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, (...)”.*/

||B|| - 2 Inquérito policial CORRETA. Código de Processo Penal: “Art. 13-A. Nos crimes previstos nos arts. 148, 149 e 149-A [tráfico de pessoas], no § 3.º do art. 158 e no art. 159 do Decreto-lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e no art. 239 da Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), o membro do Ministério Público ou o delegado de polícia poderá requisitar, de quaisquer órgãos do poder público ou de empresas da iniciativa privada, dados e informações cadastrais da vítima ou de suspeitos. Parágrafo único. A requisição, que será atendida no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, (...)”.*/

||C|| - 2 Inquérito policial INCORRETA. Código de Processo Penal: “Art. 13-A. Nos crimes previstos nos arts. 148, 149 e 149-A [tráfico de pessoas], no § 3.º do art. 158 e no art. 159 do Decreto-lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e no art. 239 da Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), o membro do Ministério Público ou o delegado de polícia poderá requisitar, de quaisquer órgãos do poder público ou de empresas da iniciativa privada, dados e informações cadastrais da vítima ou de suspeitos. Parágrafo único. A requisição, que será atendida no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, (...)”.*/

||D|| - 2 Inquérito policial INCORRETA. Código de Processo Penal: “Art. 13-A. Nos crimes previstos nos arts. 148, 149 e 149-A [tráfico de pessoas], no § 3.º do art. 158 e no art. 159 do Decreto-lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e no art. 239 da Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), o membro do Ministério Público ou o delegado de polícia poderá requisitar, de quaisquer órgãos do poder público ou de empresas da iniciativa privada, dados e informações cadastrais da vítima ou de suspeitos. Parágrafo único. A requisição, que será atendida no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, (...)”.*/

||E|| - 2 Inquérito policial INCORRETA. Código de Processo Penal: “Art. 13-A. Nos crimes previstos nos arts. 148, 149 e 149-A [tráfico de pessoas], no § 3.º do art. 158 e no art. 159 do Decreto-lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e no art. 239 da Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), o membro do Ministério Público ou o delegado de polícia poderá requisitar, de quaisquer órgãos do poder público ou de empresas da iniciativa privada, dados e informações cadastrais da vítima ou de suspeitos. Parágrafo único. A requisição, que será atendida no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, (...)”.*/



Questão 18

José está sendo investigado pela prática do crime de roubo contra Maria. Tanto José quanto Maria têm mais de 18 anos de idade.

No curso do inquérito nessa situação hipotética,

- Ⓐ José e Maria poderão requerer qualquer diligência, ficando a autoridade policial vinculada ao pedido.
- Ⓑ apenas José poderá requerer qualquer diligência, ficando a autoridade policial vinculada ao pedido.
- Ⓒ apenas Maria poderá requerer qualquer diligência, cuja realização ficará a juízo da autoridade policial.
- Ⓓ José e Maria poderão requerer qualquer diligência, cuja realização ficará a juízo da autoridade policial.
- Ⓔ apenas José poderá requerer qualquer diligência, cuja realização ficará a juízo da autoridade judicial.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - 2 Inquérito policial INCORRETA. Código de Processo Penal: “Art. 14. O ofendido, ou seu representante legal, e o indiciado poderão requerer qualquer diligência, que será realizada, ou não, a juízo da autoridade”.*/

||B|| - 2 Inquérito policial INCORRETA. Código de Processo Penal: “Art. 14. O ofendido, ou seu representante legal, e o indiciado poderão requerer qualquer diligência, que será realizada, ou não, a juízo da autoridade”.*/

||C|| - 2 Inquérito policial INCORRETA. Código de Processo Penal: “Art. 14. O ofendido, ou seu representante legal, e o indiciado poderão requerer qualquer diligência, que será realizada, ou não, a juízo da autoridade”.*/

||D|| - 2 Inquérito policial CORRETA. Código de Processo Penal: “Art. 14. O ofendido, ou seu representante legal, e o indiciado poderão requerer qualquer diligência, que será realizada, ou não, a juízo da autoridade”.*/

||E|| - 2 Inquérito policial INCORRETA. Código de Processo Penal: “Art. 14. O ofendido, ou seu representante legal, e o indiciado poderão requerer qualquer diligência, que será realizada, ou não, a juízo da autoridade”.*/

Questão 19

No que se refere à prova no processo penal, julgue os itens a seguir, à luz do CPP.

- I É vedada a indicação de assistente técnico pelo assistente de acusação para acompanhamento da realização da perícia criminal.
- II Nas perícias de laboratório, os peritos devem guardar material suficiente para a eventualidade de nova perícia.
- III O juiz está vinculado à conclusão do laudo pericial, por ser este uma prova técnica.
- IV O exame de corpo de delito pode ser feito em qualquer dia e a qualquer hora.

Estão certos apenas os itens

- A** I e II.
- B** I e III.
- C** II e IV.
- D** I, III e IV.
- E** II, III e IV.

JUSTIFICATIVAS

||A|| - 3 Prova: do exame de corpo de delito e das perícias em geral; do interrogatório do acusado; da confissão do ofendido; das testemunhas; do reconhecimento de pessoas e coisas; da acareação; dos documentos; dos indícios; da busca e apreensão INCORRETA. O item I está errado, de acordo com o Código de Processo Penal: “Art. 159. O exame de corpo de delito e outras perícias serão realizados por perito oficial, portador de diploma de curso superior. (...) § 3.º Serão facultadas ao Ministério Público, ao assistente de acusação, ao ofendido, ao querelante e ao acusado a formulação de quesitos e indicação de assistente técnico.”. O item II está certo, de acordo com o Código de Processo Penal: “Art. 170. Nas perícias de laboratório, os peritos guardarão material suficiente para a eventualidade de nova perícia. Sempre que conveniente, os laudos serão ilustrados com provas fotográficas, ou microfotográficas, desenhos ou esquemas.”. O item III está errado, de acordo com o Código de Processo Penal: “Art. 182. O juiz não ficará adstrito ao laudo, podendo aceitá-lo ou rejeitá-lo, no todo ou em parte.”. O item IV está certo, de acordo com o Código de Processo Penal: “Art. 161. O exame de corpo de delito poderá ser feito em qualquer dia e a qualquer hora.”.*/

||B|| - 3 Prova: do exame de corpo de delito e das perícias em geral; do interrogatório do acusado; da confissão do ofendido; das testemunhas; do reconhecimento de pessoas e coisas; da acareação; dos documentos; dos indícios; da busca e apreensão INCORRETA. O item I está errado, de acordo com o Código de Processo Penal: “Art. 159. O exame de corpo de delito e outras perícias serão realizados por perito oficial, portador de diploma de curso superior. (...) § 3.º Serão facultadas ao Ministério Público, ao assistente de acusação, ao ofendido, ao querelante e ao acusado a formulação de quesitos e indicação de assistente técnico.”. O item II está certo, de acordo com o Código de Processo Penal: “Art. 170. Nas perícias de laboratório, os peritos guardarão material suficiente para a eventualidade de nova perícia. Sempre que conveniente, os laudos serão ilustrados com provas fotográficas, ou microfotográficas, desenhos ou esquemas.”. O item III está errado, de acordo com o Código de Processo Penal: “Art. 182. O juiz não ficará adstrito ao laudo, podendo aceitá-lo ou rejeitá-lo, no todo ou em parte.”. O item IV está certo, de acordo com o Código de Processo Penal: “Art. 161. O exame de corpo de delito poderá ser feito em qualquer dia e a qualquer hora.”.*/

||C|| - 3 Prova: do exame de corpo de delito e das perícias em geral; do interrogatório do acusado; da confissão do ofendido; das testemunhas; do reconhecimento de pessoas e coisas; da acareação; dos documentos; dos indícios; da busca e apreensão CORRETA. O item I está errado, de acordo com o Código de Processo Penal: “Art. 159. O exame de corpo de delito e outras perícias serão realizados por perito oficial, portador de diploma de curso superior. (...) § 3.º Serão facultadas ao Ministério Público, ao assistente de acusação, ao ofendido, ao querelante e ao acusado a formulação de quesitos e indicação de assistente técnico.”. O item II está certo, de acordo com o Código de Processo Penal: “Art. 170. Nas perícias de laboratório, os peritos guardarão material suficiente para a eventualidade de nova perícia. Sempre que conveniente, os laudos serão ilustrados com provas fotográficas, ou microfotográficas, desenhos ou esquemas.”. O item III está errado, de acordo com o Código de Processo Penal: “Art. 182. O juiz não ficará adstrito ao laudo, podendo aceitá-lo ou rejeitá-lo, no todo ou em parte.”. O item IV está certo, de acordo com o Código de Processo Penal: “Art. 161. O exame de corpo de delito poderá ser feito em qualquer dia e a qualquer hora.”.*/

||D|| - 3 Prova: do exame de corpo de delito e das perícias em geral; do interrogatório do acusado; da confissão do ofendido; das testemunhas; do reconhecimento de pessoas e coisas; da acareação; dos documentos; dos indícios; da busca e apreensão INCORRETA. O item I está errado, de acordo com o Código de Processo Penal: “Art. 159. O exame de corpo de delito e outras perícias serão realizados por perito oficial, portador de diploma de curso superior. (...) § 3.º Serão facultadas ao Ministério Público, ao assistente de acusação, ao ofendido, ao querelante e ao acusado a formulação de quesitos e indicação de assistente técnico.”. O item II está certo, de acordo com o Código de Processo Penal: “Art. 170. Nas perícias de laboratório, os peritos guardarão material suficiente para a eventualidade de nova perícia. Sempre que conveniente, os laudos serão ilustrados com provas fotográficas, ou microfotográficas, desenhos ou esquemas.”. O item III está errado, de acordo com o Código de Processo Penal: “Art. 182. O juiz não ficará adstrito ao laudo, podendo aceitá-lo ou rejeitá-lo, no todo ou em parte.”. O item IV está certo, de acordo com o Código de Processo Penal: “Art. 161. O exame de corpo de delito poderá ser feito em qualquer dia e a qualquer hora.”.*/

||E|| - 3 Prova: do exame de corpo de delito e das perícias em geral; do interrogatório do acusado; da confissão do ofendido; das testemunhas; do reconhecimento de pessoas e coisas; da acareação; dos documentos; dos indícios; da busca e apreensão INCORRETA. O item I está errado, de acordo com o Código de Processo Penal: “Art. 159. O exame de corpo de delito e outras perícias serão realizados por perito oficial, portador de diploma de curso superior. (...) § 3.º Serão facultadas ao Ministério Público, ao assistente de acusação, ao ofendido, ao querelante e ao acusado a formulação de quesitos e indicação de assistente técnico.”. O item II está certo, de acordo com o Código de Processo Penal: “Art. 170. Nas perícias de laboratório, os peritos guardarão material suficiente para a eventualidade de nova perícia. Sempre que conveniente, os laudos serão ilustrados com provas fotográficas, ou microfotográficas, desenhos ou esquemas.”. O item III está errado, de acordo com o Código de Processo Penal: “Art. 182. O juiz não ficará adstrito ao laudo, podendo aceitá-lo ou rejeitá-lo, no todo ou em parte.”. O item IV está certo, de acordo com o Código de Processo Penal: “Art. 161. O exame de corpo de delito poderá ser feito em qualquer dia e a qualquer hora.”.*/

Questão 20

Acerca do crime de furto qualificado, para o qual é cabível a pena de 2 a 8 anos de reclusão e multa, assinale a opção correta de acordo com o CPP.

- Ⓐ Caso seja constatado que o acusado não possui residência e trabalho fixos, será inviável a fixação da medida cautelar de recolhimento domiciliar noturno.
- Ⓑ Caso seja constatado por perícia que o acusado é inimputável, será cabível sua internação provisória.
- Ⓒ Em caso de prisão em flagrante, a liberação do acusado será possível mediante o pagamento de fiança arbitrada pela autoridade policial.
- Ⓓ Em razão da pena prevista e da natureza do delito, não é cabível a prisão preventiva.
- Ⓔ Em caso de prisão em flagrante, caberá a concessão de prisão domiciliar caso o acusado comprove ser o único responsável por adolescente de 14 anos de idade.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - 5 Medidas cautelares diversas da prisão._CORRETA. Código de Processo Penal: “Art. 319. São medidas cautelares diversas da prisão: (...) V – recolhimento domiciliar no período noturno e nos dias de folga quando o investigado ou acusado tenha residência e trabalho fixos”.*/

||B|| - 5 Medidas cautelares diversas da prisão._INCORRETA. Código de Processo Penal: “Art. 319. São medidas cautelares diversas da prisão: (...) VII – internação provisória do acusado nas hipóteses de crimes praticados **com violência ou grave ameaça**, quando os peritos concluírem ser inimputável ou semi-imputável (art. 26 do Código Penal) e houver risco de reiteração”.*/

||C|| - 5 Medidas cautelares diversas da prisão._INCORRETA. Código de Processo Penal: “Art. 322. A autoridade policial somente poderá conceder fiança nos casos de infração cuja pena privativa de liberdade máxima não seja superior a 4 (quatro) anos”.*/

||D|| - 5 Medidas cautelares diversas da prisão.

INCORRETA. Código de Processo Penal “Art. 313. Nos termos do art. 312 deste Código, será admitida a decretação da prisão preventiva: I – nos crimes dolosos punidos com pena privativa de liberdade máxima superior a 4 (quatro) anos”.*/

||E|| - 5 Medidas cautelares diversas da prisão._INCORRETA. Código de Processo Penal: “Art. 318. Poderá o juiz substituir a prisão preventiva pela domiciliar quando o agente for: (...) VI – homem, caso seja o único responsável pelos cuidados do filho de até 12 (doze) anos de idade incompletos. Parágrafo único. Para a substituição, o juiz exigirá prova idônea dos requisitos estabelecidos neste artigo.”.*/

Espaço livre

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --**Texto 1A1-I**

De modo geral, os dados sobre crime e segurança pública divulgados na edição de 2022 do Anuário Brasileiro de Segurança Pública são reveladores de um quadro que, em uma primeira leitura, rende boas notícias para governos e sociedade. A violência letal, aquela que envolve, sob diferentes tipos jurídicos possíveis, situações em que uma pessoa mata a outra, manteve a tendência nacional de queda iniciada em 2018, mesmo que os números de 2022 indiquem uma curva de desaceleração. Porém, em uma segunda e mais panorâmica leitura do cenário sobre crime e violência no Brasil, há movimentos preocupantes e tendências que começam a ganhar corpo e merecem maior atenção dos profissionais da segurança pública, dos tomadores de decisão política e dos pesquisadores. Esse é o caso dos crimes patrimoniais, cujos movimentos sinalizam uma forte reconfiguração de como tais crimes são cometidos, sobretudo a partir da pandemia de covid-19, incluindo-se a migração dos roubos para modalidades como furtos, estelionatos e golpes virtuais.

Vale ressaltar, no entanto, que essa não é uma tendência exclusivamente brasileira. As oportunidades para o cometimento de ilícitos variam de acordo com as modalidades criminais. Roubos e furtos, por exemplo, dependem em grande medida do fluxo de pessoas que circulam pelas cidades, o que foi severamente restringido pelas medidas de isolamento social em todo o mundo. Já crimes que envolvem roubo e invasão de residências tornaram-se mais complexos para os criminosos, já que as famílias passaram mais tempo dentro de suas casas.

Um estudo que analisou dados criminais de 27 cidades em 23 países, para compreender o impacto da pandemia e das medidas de isolamento social nas dinâmicas criminais, constatou redução de 37% nos crimes globalmente. Agressões tiveram queda de 35% em decorrência das restrições de circulação e os homicídios tiveram, em média, queda de 14%, com apenas três cidades com crescimento. As violações de domicílio caíram cerca de 28% após a implementação das restrições e os roubos de veículos apresentaram redução de 39%.

No Brasil, o mesmo contexto foi observado, com queda generalizada dos indicadores de crimes patrimoniais nos anos de 2020 e 2021. A partir de 2022, no entanto, algumas modalidades criminais retomaram tendências pré-pandemia, com crescimento dos roubos e furtos de celulares e de veículos. Outras, entretanto, seguem em queda, como é o caso de roubos a instituições financeiras (-21,9%), de carga (-4,4%), a estabelecimentos comerciais (-15,6%) e a residências (-13,3%).

Questão 21

A partir das ideias veiculadas no texto 1A1-I, é correto inferir que

- ☐ A os crimes que envolvem roubo e invasão de residências diminuíram durante a pandemia de covid-19, pois as famílias passavam mais tempo dentro de suas casas, o que dificultava o acesso dos criminosos a estas.
- ☐ B um estudo que analisou dados criminais de cidades no Brasil para compreender o impacto da pandemia e das medidas de isolamento social nas dinâmicas criminais constatou redução de 37% nos crimes patrimoniais.
- ☐ C os crimes patrimoniais diminuíram no Brasil, por isso eles não requerem mais tanta preocupação das autoridades policiais do país.
- ☐ D as oportunidades para o cometimento de ilícitos variam de acordo com o país e sua população.
- ☐ E a partir de 2022, algumas modalidades criminais passaram a indicar uma curva de desaceleração, como é o caso dos roubos e furtos de celular e de veículos.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - 1 Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados. **CORRETA.** “Já crimes que envolvem roubo e invasão de residências tornaram-se mais complexos para os criminosos, já que as famílias passaram mais tempo dentro de suas casas”. (quarto período do segundo parágrafo). A partir desse período, é possível inferir que houve redução nesse tipo de crime. */

||B|| - 1 Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados. **INCORRETA.** “Um estudo que analisou dados criminais de 27 cidades em 23 países, para compreender o impacto da pandemia e das medidas de isolamento social nas dinâmicas criminais, constatou redução de 37% nos crimes globalmente” (primeiro período do terceiro parágrafo).*/

||C|| - 1 Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados. **INCORRETA.** De acordo com o texto, “em uma segunda e mais panorâmica leitura do cenário sobre crime e violência no Brasil, há movimentos preocupantes e tendências que começam a ganhar corpo e merecem maior atenção dos profissionais da segurança pública, dos tomadores de decisão política e de pesquisadores. E esse é o caso dos crimes patrimoniais, cujos movimentos sinalizam para uma forte reconfiguração de como tais crimes são cometidos, sobretudo a partir da pandemia de Covid-19, incluindo a migração dos roubos para modalidades como furtos, estelionatos e golpes virtuais” (primeiro parágrafo).*/

||D|| - 1 Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados. **INCORRETA.** “As oportunidades para o cometimento de ilícitos variam de acordo com as modalidades criminais” (segundo período do segundo parágrafo).*/

||E|| - 1 Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados. **INCORRETA.** “A partir de 2022, no entanto, algumas modalidades criminais retomam tendências pré-pandemia, com crescimento dos roubos e furtos de celular e de veículos” (segundo período do quarto parágrafo). */

Questão 22

No terceiro período do primeiro parágrafo do texto 1A1-I, a conjunção “Porém” introduz ideia de

- A explicação.
- B oposição.
- C condição.
- D comparação.
- E exemplificação.

JUSTIFICATIVAS

||A|| - 4.1 Emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual. **INCORRETA.** A conjunção “Porém” (terceiro período do primeiro parágrafo) introduz, no período em que se insere, ideia de oposição. */

||B|| - 4.1 Emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual. **CORRETA.** A conjunção “Porém” (terceiro período do primeiro parágrafo) introduz, no período em que se insere, ideia de oposição. */

||C|| - 4.1 Emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual. **INCORRETA.** A conjunção “Porém” (terceiro período do primeiro parágrafo) introduz, no período em que se insere, ideia de oposição. */

||D|| - 4.1 Emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual. **INCORRETA.** A conjunção “Porém” (terceiro período do primeiro parágrafo) introduz, no período em que se insere, ideia de oposição. */

||E|| - 4.1 Emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual. **INCORRETA.** A conjunção “Porém” (terceiro período do primeiro parágrafo) introduz, no período em que se insere, ideia de oposição. */

Questão 23

No que se refere a aspectos linguísticos do texto 1A1-I, assinale a opção correta.

- A O emprego do sinal indicativo de crase na expressão “a ganhar” (terceiro período do primeiro parágrafo) — **a ganhar** — manteria a correção gramatical do texto.
- B As palavras “possíveis” e “panorâmica” são acentuadas graficamente pela mesma regra de acentuação gráfica.
- C No terceiro período do segundo parágrafo, a flexão da forma verbal “dependem” na terceira pessoa do plural justifica-se pela concordância do verbo com o sujeito da oração, que é composto — “roubos e furtos”.
- D As formas verbais “variam” (segundo período do segundo parágrafo) e “passaram” (quarto período do segundo parágrafo) estão flexionadas no mesmo tempo verbal.
- E A supressão da vírgula empregada após a forma verbal “envolve” (segundo período do primeiro parágrafo) não prejudicaria a correção gramatical do texto.

JUSTIFICATIVAS

||A|| - 5.7 Emprego do sinal indicativo de crase. **INCORRETA.** A inserção do sinal indicativo de crase na expressão “a ganhar” (terceiro período do primeiro parágrafo) prejudicaria a correção gramatical do texto, uma vez que não se usa artigo antes de verbo. */

||B|| - 3 Domínio da ortografia oficial. **INCORRETA.** A palavra “possíveis” é acentuada por ser palavra paroxítona terminada em ditongo decrescente, e a palavra “panorâmica” é acentuada por ser proparoxítona. */

||C|| - 5.5 Concordância verbal e nominal. **CORRETA.** A forma verbal “dependem” (terceiro período do segundo parágrafo) é flexionada no plural porque concorda com o sujeito da oração, que é composto — “roubos e furtos”. */

||D|| - 4.2 Emprego de tempos e modos verbais. **INCORRETA.** As formas verbais “variam” (segundo período do segundo parágrafo) e “passaram” (quarto período do segundo parágrafo) não estão conjugadas no mesmo tempo verbal. A primeira está conjugada no presente do indicativo e a segunda, no pretérito perfeito do indicativo. */

||E|| - 5.4 Emprego dos sinais de pontuação. **INCORRETA.** A supressão da vírgula após a forma verbal “envolve” (segundo período do primeiro parágrafo) prejudicaria a correção gramatical do texto, uma vez que a vírgula empregada após o termo “possíveis” separaria indevidamente o verbo “manter” de “situações”, que é seu complemento objeto direto. */

Questão 24

Sem prejuízo da correção gramatical e do sentido original do texto 1A1-I, a expressão “no entanto” (primeiro período do segundo parágrafo) poderia ser substituída por

- A conquanto.
- B sobretudo.
- C portanto.
- D todavia.
- E dessa forma.

JUSTIFICATIVAS

||A|| - 4.1 Emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual.

6.2 Substituição de palavras ou de trechos de texto. **INCORRETA.** **Conquanto** e “no entanto”, embora indiquem contraste, são conjunções empregadas em contextos sintáticos diferentes, a primeira, período subordinado, e a segunda, em período coordenado, portanto a substituição não manteria a correção gramatical. A primeira tem sentido concessivo e a segunda, adversativo. */

||B|| - 4.1 Emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual.

6.2 Substituição de palavras ou de trechos de texto. **INCORRETA.** **Sobretudo** e “no entanto” não são sinônimos, portanto a substituição não manteria a correção gramatical e os sentidos do texto. A primeira é um advérbio, com o sentido de especialmente, e a segunda é uma conjunção com sentido adversativo. */

||C|| - 4.1 Emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual.

6.2 Substituição de palavras ou de trechos de texto. **INCORRETA.** **Portanto** e **no entanto** não são sinônimos, então a substituição não manteria a correção gramatical e os sentidos do texto. A primeira tem sentido conclusivo e a segunda é uma conjunção com sentido adversativo. */

||D|| - 4.1 Emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual.

6.2 Substituição de palavras ou de trechos de texto. **CORRETA.** A substituição de “no entanto” (primeiro período do segundo parágrafo) por **todavia** manteria a correção gramatical e o sentido original do texto, uma vez que ambas são conjunções coordenativas adversativas. */

||E|| - 4.1 Emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual.

6.2 Substituição de palavras ou de trechos de texto. **INCORRETA.** **Dessa forma** e “no entanto” não são sinônimos, então a substituição não manteria a correção gramatical e os sentidos do texto. A primeira tem sentido conclusivo e a segunda é uma conjunção com sentido adversativo. */

Questão 25

No texto 1A1-I, o vocábulo “exclusivamente” (primeiro período do segundo parágrafo) exerce, no período em que se insere, a mesma função sintática que o termo

- Ⓐ “primeira”, no primeiro período do primeiro parágrafo.
- Ⓑ “letal”, no segundo período do primeiro parágrafo.
- Ⓒ “mais”, no terceiro período do primeiro parágrafo.
- Ⓓ “maior”, no terceiro período do primeiro parágrafo.
- Ⓔ “forte”, no quarto período do primeiro parágrafo.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - 4.1 Emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual.

5.1 Emprego das classes de palavras. **_INCORRETA.** O vocábulo “exclusivamente” desempenha função de adjunto adverbial, pois modifica o adjetivo “brasileira”, ao passo que o termo “primeira” é adjunto adnominal pois modifica o substantivo “leitura”.*/

||B|| - 4.1 Emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual.

5.1 Emprego das classes de palavras. **_INCORRETA.** O vocábulo “exclusivamente” desempenha função de adjunto adverbial, pois modifica o adjetivo “brasileira”, ao passo que o termo “letal” é adjunto adnominal pois modifica o substantivo “violência”.*/

||C|| - 4.1 Emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual.

5.1 Emprego das classes de palavras. **_CORRETA.** O vocábulo “exclusivamente” desempenha função de adjunto adverbial, pois modifica o adjetivo “brasileira”, e o termo “mais” também exerce a função de adjunto adverbial pois modifica o adjetivo “panorâmica”.*/

||D|| - 4.1 Emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual.

5.1 Emprego das classes de palavras. **_INCORRETA.** O vocábulo “exclusivamente” desempenha função de adjunto adverbial, pois modifica o adjetivo “brasileira”, ao passo que o termo “maior” é adjunto adnominal pois modifica o substantivo “atenção”.*/

||E|| - 4.1 Emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual.

5.1 Emprego das classes de palavras. **_CORRETA.** O vocábulo “exclusivamente” desempenha função de adjunto adverbial, pois modifica o adjetivo “brasileira”, ao passo que o termo “forte” é adjunto adnominal pois modifica o substantivo “reconfiguração”.*/

Questão 26

Assinale a opção correta em relação a aspectos linguísticos do seguinte período do primeiro parágrafo do texto 1A1-I: “A violência letal, aquela que envolve, sob diferentes tipos jurídicos possíveis, situações em que uma pessoa mata a outra, manteve a tendência nacional de queda iniciada em 2018, mesmo que os números de 2022 indiquem uma curva de desaceleração.”

- Ⓐ Estariam mantidas a correção gramatical do texto e sua coerência caso o vocábulo “aquela” fosse suprimido do período.
- Ⓑ O deslocamento da expressão “sob diferentes tipos jurídicos possíveis”, com as vírgulas que a isolam, para imediatamente depois da forma verbal “manteve” não prejudicaria nem a correção gramatical nem os sentidos do período.
- Ⓒ Estariam mantidas a correção gramatical e a coerência das ideias do período caso se substituísse “em que” por **onde**.
- Ⓓ A forma verbal “indiquem”, empregada no modo subjuntivo, denota que os “números de 2022” são duvidosos.
- Ⓔ A flexão da forma verbal “manteve” na terceira pessoa do singular justifica-se pela concordância do verbo com o termo “tendência”, que é o sujeito da oração.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - 6.3 Reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto.

5.4 Emprego dos sinais de pontuação. **_CORRETA.** No período “A violência letal, aquela que envolve, sob diferentes tipos jurídicos possíveis, situações em que uma pessoa mata a outra, manteve a tendência nacional de queda iniciada em 2018, mesmo que os números de 2022 indiquem uma curva de desaceleração.”, o emprego do pronome demonstrativo “aquela” é enfático, por isso sua supressão não causa prejuízo à correção gramatical nem à coerência do período.*/

||B|| - 6.3 Reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto.

5.4 Emprego dos sinais de pontuação. **_INCORRETA.** No período “A violência letal, aquela que envolve, sob diferentes tipos jurídicos possíveis, situações em que uma pessoa mata a outra, manteve a tendência nacional de queda iniciada em 2018, mesmo que os números de 2022 indiquem uma curva de desaceleração.”, o deslocamento proposto altera as relações sintático-semânticas do período, pois o adjunto adverbial, que originariamente modifica o sentido do verbo envolver, passaria a modificar o verbo manter, alterando os sentidos do período.*/

||C|| - 6.3 Reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto.

5.4 Emprego dos sinais de pontuação. **_INCORRETA.** No segmento situações “em que uma pessoa mata a outra”, o antecedente do pronome relativo não indica lugar, por isso, de acordo com as regras gramaticais, não cabe o emprego do relativo de lugar “onde”.*/

||D|| - 6.3 Reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto.

5.4 Emprego dos sinais de pontuação. **_INCORRETA.** O emprego do modo subjuntivo na forma verbal “indiquem” é imposto pela oração subordinada “mesmo que os números de 2022 indiquem uma curva de desaceleração”, não denotando a existência de fato duvidoso (cf. nas gramáticas normativas o emprego do modo subjuntivo nas orações subordinadas).*/

||E|| - 6.3 Reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto.

5.4 Emprego dos sinais de pontuação. **_INCORRETA.** O sujeito da oração expressa pela forma verbal “manteve” é “A violência letal”. O termo “tendência” é núcleo do objeto direto.*/

Questão 27

A oração “mesmo que os números de 2022 indiquem uma curva de desaceleração” (segundo período do primeiro parágrafo) expressa, em relação à oração anterior, circunstância de

- A** causa.
- B** concessão.
- C** condição.
- D** consequência.
- E** proporcionalidade.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - 5.3 Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração. **INCORRETA.** No período “A violência letal, aquela que envolve, sob diferentes tipos jurídicos possíveis, situações em que uma pessoa mata a outra, manteve a tendência nacional de queda iniciada em 2018, mesmo que os números de 2022 indiquem uma curva de desaceleração”, a oração “mesmo que os números de 2022 indiquem uma curva de desaceleração” classifica-se como oração subordinada adverbial concessiva. A oração adverbial que expressa circunstância de causa é introduzida pelas conjunções adverbiais causais, tais como porque, visto que, uma vez que, na medida em que. */

||B|| - 5.3 Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração. **CORRETA.** No período “A violência letal, aquela que envolve, sob diferentes tipos jurídicos possíveis, situações em que uma pessoa mata a outra, manteve a tendência nacional de queda iniciada em 2018, mesmo que os números de 2022 indiquem uma curva de desaceleração”, a oração “mesmo que os números de 2022 indiquem uma curva de desaceleração” é subordinada à anterior, que é a principal, tem função adverbial e expressa circunstância de concessão, evidenciada pela locução “mesmo que”. */

||C|| - 5.3 Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração. **INCORRETA.** No período “A violência letal, aquela que envolve, sob diferentes tipos jurídicos possíveis, situações em que uma pessoa mata a outra, manteve a tendência nacional de queda iniciada em 2018, mesmo que os números de 2022 indiquem uma curva de desaceleração”, a oração “mesmo que os números de 2022 indiquem uma curva de desaceleração” classifica-se como oração subordinada adverbial concessiva. A oração adverbial que expressa circunstância de condição é introduzida por conjunções/locuções subordinativas adverbiais condicionais, a exemplo de “se”, “caso”, “desde que”. */

||D|| - 5.3 Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração. **INCORRETA.** No período “A violência letal, aquela que envolve, sob diferentes tipos jurídicos possíveis, situações em que uma pessoa mata a outra, manteve a tendência nacional de queda iniciada em 2018, mesmo que os números de 2022 indiquem uma curva de desaceleração”, a oração “mesmo que os números de 2022 indiquem uma curva de desaceleração” classifica-se como oração subordinada adverbial concessiva. A oração adverbial que expressa circunstância de consequência é introduzida por conjunções/locuções subordinativas adverbiais consecutivas, como, por exemplo, que, de modo que, de sorte que. */

||E|| - 5.3 Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração. **INCORRETA.** No período “A violência letal, aquela que envolve, sob diferentes tipos jurídicos possíveis, situações em que uma pessoa mata a outra, manteve a tendência nacional de queda iniciada em 2018, mesmo que os números de 2022 indiquem uma curva de desaceleração”, a oração “mesmo que os números de 2022 indiquem uma curva de desaceleração” classifica-se como oração subordinada adverbial concessiva. A oração adverbial que expressa circunstância de proporcionalidade é introduzida por conjunções/locuções subordinativas adverbiais proporcionais, a exemplo de à medida que, à proporção que, quanto mais...mais. */

Questão 28

A palavra “panorâmica” (terceiro período do primeiro parágrafo) é empregada, no texto 1A1-I, com o sentido de

- A** resumida.
- B** superficial.
- C** ampla.
- D** dinâmica.
- E** rápida.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - 6.1 Significação das palavras. **INCORRETA.** No texto, a palavra “panorâmica” (terceiro período do primeiro parágrafo) foi empregada no sentido de **ampla**. Segundo o dicionário Houaiss, o adjetivo “panorâmico” designa algo “que proporciona ampla vista”. */

||B|| - 6.1 Significação das palavras.

INCORRETA. No texto, a palavra “panorâmica” (terceiro período do primeiro parágrafo) foi empregada no sentido de **ampla**. Segundo o dicionário Houaiss, o adjetivo “panorâmico” designa algo “que proporciona ampla vista”. */

||C|| - 6.1 Significação das palavras.

CORRETA. No texto, a palavra “panorâmica” (terceiro período do primeiro parágrafo) foi empregada no sentido de **ampla**. Segundo o dicionário Houaiss, o adjetivo “panorâmico” designa algo “que proporciona ampla vista”. */

||D|| - 6.1 Significação das palavras.

INCORRETA. No texto, a palavra “panorâmica” (terceiro período do primeiro parágrafo) foi empregada no sentido de **ampla**. Segundo o dicionário Houaiss, o adjetivo “panorâmico” designa algo “que proporciona ampla vista”. */

||E|| - 6.1 Significação das palavras.

INCORRETA. No texto, a palavra “panorâmica” (terceiro período do primeiro parágrafo) foi empregada no sentido de **ampla**. Segundo o dicionário Houaiss, o adjetivo “panorâmico” designa algo “que proporciona ampla vista”. */

As questões de 9 a 12 referem-se à correspondência oficial conforme o Manual de Redação da Presidência da República.

Questão 29

Segundo o Manual de Redação da Presidência da República, o atributo segundo o qual a redação oficial deve ser elaborada sempre em nome do serviço público e sempre em atendimento ao interesse geral dos cidadãos é denominado

- A** coerência.
- B** objetividade.
- C** formalidade.
- D** impessoalidade.
- E** padronização.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - 7.1 Aspectos gerais da redação oficial. **INCORRETA.** “A redação oficial é elaborada sempre em nome do serviço público e sempre em atendimento ao interesse geral dos cidadãos. Sendo assim, os assuntos objetos dos expedientes oficiais não devem ser tratados de outra forma que não a estritamente impessoal.” (Manual de Redação da Presidência da República, 2018, p. 20). */

||B|| - 7.1 Aspectos gerais da redação oficial. **INCORRETA.** “A redação oficial é elaborada sempre em nome do serviço público e sempre em atendimento ao interesse geral dos cidadãos. Sendo assim, os assuntos objetos dos expedientes oficiais não devem ser tratados de outra forma que não a estritamente impessoal.” (Manual de Redação da Presidência da República, 2018, p. 20). */

||C|| - 7.1 Aspectos gerais da redação oficial. **INCORRETA.** “A redação oficial é elaborada sempre em nome do serviço público e sempre em atendimento ao interesse geral dos cidadãos. Sendo assim, os assuntos objetos dos expedientes oficiais não devem ser tratados de outra forma que não a estritamente impessoal.” (Manual de Redação da Presidência da República, 2018, p. 20). */

||D|| - 7.1 Aspectos gerais da redação oficial. **CORRETA.**
 “A redação oficial é elaborada sempre em nome do serviço público e sempre em atendimento ao interesse geral dos cidadãos. Sendo assim, os assuntos objetos dos expedientes oficiais não devem ser tratados de outra forma que não a estritamente impessoal.” (Manual de Redação da Presidência da República, 2018, p. 20).*/

||E|| - 7.1 Aspectos gerais da redação oficial. **INCORRETA.**
 “A redação oficial é elaborada sempre em nome do serviço público e sempre em atendimento ao interesse geral dos cidadãos. Sendo assim, os assuntos objetos dos expedientes oficiais não devem ser tratados de outra forma que não a estritamente impessoal.” (Manual de Redação da Presidência da República, 2018, p. 20).*/

Questão 30

Em relação ao uso do correio eletrônico (*email*) no âmbito da correspondência oficial, assinale a opção correta, com base no **Manual de Redação da Presidência da República**.

- Ⓐ A utilização de *email* para a comunicação tornou-se prática frequente, mas deve ser restrita ao âmbito privado.
- Ⓑ O destinatário deverá reconhecer como válido somente o *email* que apresentar certificação digital.
- Ⓒ Devido a seu formato eletrônico, *email* não é considerado documento oficial.
- Ⓓ Os *emails* podem ser enviados de qualquer endereço eletrônico, sem extensão definida, desde que o servidor público responsável por sua emissão se identifique com seu nome e cargo.
- Ⓔ Apesar de não se definir padronização da mensagem comunicada por *email*, há recomendação quanto ao tipo de fonte a ser empregado bem como ao seu tamanho.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - 7.2 Finalidade dos expedientes oficiais. **INCORRETA.**
 “A utilização do *email* para a comunicação tornou-se prática comum, não só em âmbito privado, mas também na administração pública.” (Manual de Redação da Presidência da República, 2018, p. 46).*/

||B|| - 7.2 Finalidade dos expedientes oficiais.

INCORRETA. O destinatário poderá reconhecer como válido o *email* sem certificação digital ou com certificação digital fora ICP-Brasil; contudo, caso haja questionamento, será obrigatório a repetição do ato por meio documento físico assinado ou por meio eletrônico reconhecido pela ICP-Brasil. (Manual de Redação da Presidência da República, 2018, p. 46).*/

||C|| - 7.2 Finalidade dos expedientes oficiais

7.3 Adequação da linguagem ao tipo de documento.

7.4 Adequação do formato do texto ao gênero. **INCORRETA.**
 “Como gênero textual, o *e-mail* pode ser considerado um documento oficial, assim como o ofício”. (Manual de Redação da Presidência da República, 2018, p. 46).*/

||D|| - 7.2 Finalidade dos expedientes oficiais

7.3 Adequação da linguagem ao tipo de documento.

7.4 Adequação do formato do texto ao gênero. **INCORRETA.**
 “Como endereço eletrônico utilizado pelos servidores públicos, o *e-mail* deve ser oficial, utilizando-se a extensão ‘.gov.br’, por exemplo.” (Manual de Redação da Presidência da República, 2018, p. 46).*/

||E|| - 7.2 Finalidade dos expedientes oficiais.

7.4 Adequação do formato do texto ao gênero. **CORRETA.**
 “Um dos atrativos de comunicação por correio eletrônico é sua flexibilidade. Assim, não interessa definir padronização da mensagem comunicada. No entanto, devem-se observar algumas orientações quanto à sua estrutura. (...) Apesar da imensa lista de fontes disponíveis nos computadores, mantém-se a recomendação de tipo de fonte, tamanho e cor dos documentos oficiais: Calibri ou Carlito, tamanho 12, cor preta.” (Manual de Redação da Presidência da República, 2018, pp. 46-48).*/

Questão 31

Acerca do padrão ofício, julgue os itens a seguir, de acordo com o **Manual de Redação da Presidência da República**.

- I O cabeçalho é utilizado apenas na primeira página do documento, centralizado na área determinada pela formatação.
- II Nos casos em que não seja usado para encaminhamento de documentos, o expediente deve conter a seguinte estrutura: introdução, desenvolvimento e conclusão.
- III Os dados do órgão emissor, tais como endereço, telefone, endereço de correspondência eletrônica e sítio eletrônico oficial da instituição, podem ser informados no rodapé do documento, centralizados.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas o item I está certo.
- Ⓑ Apenas o item II está certo.
- Ⓒ Apenas os itens I e III estão certos.
- Ⓓ Apenas os itens II e III estão certos.
- Ⓔ Todos os itens estão certos.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - 7.4 Adequação do formato do texto ao gênero.

INCORRETA. Todos os itens estão certos.

I – “O cabeçalho é utilizado apenas na primeira página do documento, centralizado na área determinada pela formatação.” (Manual de Redação da Presidência da República, 2018, p. 27)

II – “Nos casos em que não seja usado para encaminhamento de documentos, o expediente deve conter a seguinte estrutura: introdução, desenvolvimento e conclusão.” (Manual de Redação da Presidência da República, 2018, p. 30)

III – “Os dados do órgão emissor, tais como endereço, telefone, endereço de correspondência eletrônica, sítio eletrônico oficial da instituição, podem ser informados no rodapé do documento, centralizados.” (Manual de Redação da Presidência da República, 2018, p. 28).*/

||B|| - 7.4 Adequação do formato do texto ao gênero.

INCORRETA. Todos os itens estão certos.

I – “O cabeçalho é utilizado apenas na primeira página do documento, centralizado na área determinada pela formatação.” (Manual de Redação da Presidência da República, 2018, p. 27)

II – “Nos casos em que não seja usado para encaminhamento de documentos, o expediente deve conter a seguinte estrutura: introdução, desenvolvimento e conclusão.” (Manual de Redação da Presidência da República, 2018, p. 30)

III – “Os dados do órgão emissor, tais como endereço, telefone, endereço de correspondência eletrônica, sítio eletrônico oficial da instituição, podem ser informados no rodapé do documento, centralizados.” (Manual de Redação da Presidência da República, 2018, p. 28).*/

||C|| - 7.4 Adequação do formato do texto ao gênero.

INCORRETA. Todos os itens estão certos.

I – “O cabeçalho é utilizado apenas na primeira página do documento, centralizado na área determinada pela formatação.” (Manual de Redação da Presidência da República, 2018, p. 27)

II – “Nos casos em que não seja usado para encaminhamento de documentos, o expediente deve conter a seguinte estrutura: introdução, desenvolvimento e conclusão.” (Manual de Redação da Presidência da República, 2018, p. 30)

III – “Os dados do órgão emissor, tais como endereço, telefone, endereço de correspondência eletrônica, sítio eletrônico oficial da instituição, podem ser informados no rodapé do documento, centralizados.” (Manual de Redação da Presidência da República, 2018, p. 28).*/

||D|| - 7.4 Adequação do formato do texto ao gênero.

INCORRETA. Todos os itens estão certos.

I – “O cabeçalho é utilizado apenas na primeira página do documento, centralizado na área determinada pela formatação.” (Manual de Redação da Presidência da República, 2018, p. 27)

II – “Nos casos em que não seja usado para encaminhamento de documentos, o expediente deve conter a seguinte estrutura: introdução, desenvolvimento e conclusão.” (Manual de Redação da Presidência da República, 2018, p. 30)

III – “Os dados do órgão emissor, tais como endereço, telefone, endereço de correspondência eletrônica, sítio eletrônico oficial da instituição, podem ser informados no rodapé do documento, centralizados.” (Manual de Redação da Presidência da República, 2018, p. 28)*

||E|| - 7.4 Adequação do formato do texto ao gênero.

CORRETA. Todos os itens estão certos.

I – “O cabeçalho é utilizado apenas na primeira página do documento, centralizado na área determinada pela formatação.” (Manual de Redação da Presidência da República, 2018, p. 27)

II – “Nos casos em que não seja usado para encaminhamento de documentos, o expediente deve conter a seguinte estrutura: introdução, desenvolvimento e conclusão.” (Manual de Redação da Presidência da República, 2018, p. 30)

III – “Os dados do órgão emissor, tais como endereço, telefone, endereço de correspondência eletrônica, sítio eletrônico oficial da instituição, podem ser informados no rodapé do documento, centralizados.” (Manual de Redação da Presidência da República, 2018, p. 28)*



Questão 32

Em relação à formalidade e à padronização das correspondências oficiais, assinale a opção correta, conforme o **Manual de Redação da Presidência da República**.

- Ⓐ Não existe propriamente um padrão oficial de linguagem, portanto o uso da norma padrão nos atos e nas comunicações oficiais não é obrigatório, embora recomendado.
- Ⓑ A formalidade de tratamento vincula-se não só ao atendimento de regras formais, mas também à necessária uniformidade das comunicações.
- Ⓒ A padronização diz respeito à civilidade no próprio enfoque dado ao assunto do qual cuida a comunicação.
- Ⓓ O uso do padrão culto significa empregar a língua de modo rebuscado.
- Ⓔ A língua culta se opõe à pobreza de expressão e à simplicidade, por isso o jargão burocrático é utilizado nas correspondências oficiais.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - 7.1 Aspectos gerais da redação oficial.

7.3 Adequação da linguagem ao tipo de documento. INCORRETA. Pode-se concluir que não existe propriamente um padrão oficial de linguagem, o que há é o uso da norma padrão nos atos e nas comunicações oficiais. (Manual de Redação da Presidência da República, 2018, p. 21)*

||B|| - 7.1 Aspectos gerais da redação oficial.

7.3 Adequação da linguagem ao tipo de documento. CORRETA. A formalidade de tratamento vincula-se, também, à necessária uniformidade das comunicações. (Manual de Redação da Presidência da República, 2018, p. 21)*

||C|| - 7.1 Aspectos gerais da redação oficial.

7.3 Adequação da linguagem ao tipo de documento. INCORRETA. A formalidade, e não a padronização, diz respeito à civilidade no próprio enfoque dado ao assunto do qual cuida a comunicação. (Manual de Redação da Presidência da República, 2018, p. 21)*

||D|| - 7.1 Aspectos gerais da redação oficial.

7.3 Adequação da linguagem ao tipo de documento. INCORRETA. O uso do padrão culto não significa empregar a língua de modo rebuscado ou utilizar figuras de linguagem próprias do estilo literário. (Manual de Redação da Presidência da República, 2018, p. 21)*

||E|| - 7.1 Aspectos gerais da redação oficial.

7.3 Adequação da linguagem ao tipo de documento. INCORRETA. A língua culta é contra a pobreza de expressão e não contra a sua simplicidade. O jargão burocrático, como todo jargão, deve ser evitado, pois terá sempre sua compreensão limitada. (Manual de Redação da Presidência da República, 2018, p. 21)*



Questão 33

Assinale a opção que corresponde, em um documento Word, à seção que aparece na margem superior, que inclui informações adicionais as quais aparecerão em cada página do documento — como número de página, datas e nome do autor — e que ajuda a manter organizados documentos longos.

- Ⓐ Cabeçalho
- Ⓑ Sumário
- Ⓒ Estilo
- Ⓓ Espaçamento
- Ⓔ Tabelas

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - 1.4.5 CORRETA. O cabeçalho é uma seção do documento que aparece na margem superior. Cabeçalhos geralmente contêm informações adicionais, como números de página, datas, nome do autor, o que pode ajudar a manter documentos mais longos organizados e facilitar sua leitura. O texto inserido no cabeçalho aparecerá em cada página do documento.*

||B|| - 1.4.6 INCORRETA. Os sumários no Word se baseiam nos títulos do documento. É uma descrição curta e clara que fornece os principais fatos ou ideias sobre algo. É uma versão curta de um texto mais longo, e o tamanho do resumo pode variar de acordo com o tipo de redação.*

||C|| - 1.4.4 INCORRETA. No Microsoft Word, um estilo é uma coleção de instruções de formatação que você pode aplicar ao texto. Por exemplo, pode-se usar o estilo Título para o título, o estilo Corpo do texto para o corpo do texto e o estilo Legenda para legendas de imagens. Os estilos podem incluir fonte, espaçamento entre linhas e alinhamento. Eles podem ser aplicados a diversas seções de texto, como a aplicação do estilo Título 1 a todos os títulos de nível superior.*

||D|| - 1.4.1 INCORRETA. O Word permite definir automaticamente o tamanho de parágrafos em determinados trechos do texto ou em todo o documento. Na mesma janela de opções, também é possível configurar o espaçamento entre as linhas. As funções são úteis para quem está formatando um trabalho acadêmico e precisa seguir normas específicas de parágrafo e espaçamento.*

||E|| - 1.4.3 INCORRETA. Uma tabela é uma grade de células organizadas em linhas e colunas. As tabelas podem ser usadas para organizar qualquer tipo de conteúdo, seja texto, seja dados numéricos. No Word, pode-se inserir rapidamente uma tabela em branco ou converter o texto existente em uma tabela.*

Questão 34

Supondo que, em uma planilha Excel, tenha sido inserida a informação 123.456.789-00 na célula A1, assinale a opção que apresenta a expressão que deverá ser aplicada para que a informação de A1 seja apresentada sem os pontos e sem o hífen na célula B1.

- A =PROCURAR (".";A1)
- B =É.NÃO.DISP (A1)
- C =CONCATENAR (ESQUERDA (A1;3) ;DIREITA (A1;2))
- D =CARACTUNICODE (CÓDIGO (A1))
- E =SUBSTITUIR (SUBSTITUIR (A1;".";"");"-";"")

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - 1.5.2_INCORRETA. A expressão indicada retorna o valor 4.* /

||B|| - 1.5.2_INCORRETA. A expressão indicada retorna o valor FALSO.* /

||C|| - 1.5.2_INCORRETA: A expressão indicada retorna o valor 12300.* /

||D|| - 1.5.2_INCORRETA. A expressão indicada retorna o valor 1.* /

||E|| - 1.5.2_CORRETA. A expressão indicada retorna o valor 12345678900.* /

Questão 35

Assinale a opção que apresenta o tipo de serviço de computação em nuvem que é um modelo de execução orientado a eventos e que permite que desenvolvedores criem, executem e gerenciem pacotes de aplicações sem a necessidade de se preocuparem com a manutenção da infraestrutura.

- A infraestrutura como serviço (IaaS)
- B containers como serviço (CaaS)
- C função como serviço (FaaS)
- D software como serviço (SaaS)
- E plataformas como serviço (PaaS)

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - 2_INCORRETA. Ao fornecer aos usuários uma infraestrutura de nuvem, os provedores de serviços de nuvem separam os recursos de computação dos componentes de *hardware*, por exemplo: capacidade de processamento separada das unidades centrais de processamento (CPU); memória ativa separada dos *chips* de memória de acesso aleatório (RAM); processamento gráfico separado das unidades de processamento gráfico (GPU); disponibilidade de armazenamento de dados separada de *data centers* ou discos rígidos. Normalmente, essa abstração é feita pela virtualização e por máquinas virtuais. Após separados, os componentes de armazenamento, computação e rede são entregues aos usuários pela Internet como uma infraestrutura, ou seja, uma infraestrutura como serviço (IaaS). Esse tipo de serviço em nuvem resultou no surgimento do armazenamento em nuvem, usado para armazenar o *big data* como parte da tecnologia de Internet das coisas (IoT).* /

||B|| - 2_INCORRETA. Containers como serviço (CaaS) é um serviço em nuvem que ajuda a gerenciar e implantar aplicações por meio de abstração baseada em *container*. O CaaS pode ser implantado *on-premises* ou na nuvem. O provedor oferece o *framework* ou a plataforma de orquestração na qual os *containers* serão implantados e gerenciados. É por meio dessa orquestração que as principais funções de TI serão automatizadas. Uma solução de CaaS é útil, principalmente, para que os desenvolvedores possam criar aplicações em *containers* mais seguras e escaláveis. Os usuários podem adquirir apenas os recursos que querem (funcionalidades de programação, balanceamento de carga etc.) para economizar e aumentar a eficiência. Os *containers* criam ambientes consistentes para acelerar o desenvolvimento e a entrega de aplicações nativas em nuvem que possam ser executadas em qualquer ambiente.* /

||C|| - 2_CORRETA. Função como serviço (FaaS) é um tipo de serviço de *cloud computing* que permite que os desenvolvedores criem, executem e gerenciem pacotes de aplicações como funções, sem a necessidade de se preocupar com a manutenção da infraestrutura. Ela é um modelo de execução orientado a eventos que é executado em *containers stateless*. Essas funções gerenciam a lógica e o estado no lado do servidor usando serviços de um provedor de FaaS. As principais nuvens públicas oferecem soluções de FaaS. Essas soluções também podem ser provisionadas *on-premise*, proporcionando à TI corporativa novos recursos substanciais para o desenvolvimento de aplicações.* /

||D|| - 2_INCORRETA. Software de nuvem (SaaS) é uma aplicação *web* completa. Esse tipo de solução exige o mais alto investimento em desenvolvimento porque o provedor de nuvem está literalmente oferecendo uma aplicação *online* aos clientes. O *software* de nuvem pode ser entregue com base em uma abordagem nativa em nuvem, a qual é uma arquitetura de aplicações que combina microsserviços pequenos, independentes e levemente acoplados. O produto final é uma aplicação em nuvem que pode ser otimizada pelo microsserviço sem afetar outros microsserviços que, juntos, compõem toda a aplicação.* /

||E|| - 2_INCORRETA. Os provedores de serviços em nuvem também podem usar os recursos de *hardware* que possuem para criar plataformas em nuvem, que são ambientes *online* nos quais usuários podem desenvolver códigos ou executar aplicações. Criar uma plataforma em nuvem exige mais do que apenas abstrair os recursos computacionais dos componentes de *hardware*, conforme feito no serviço de infraestrutura de nuvem. As plataformas em nuvem precisam de um grau maior de desenvolvimento para incorporar tecnologias como containerização, orquestração, interfaces de programação de aplicações (API), roteamento, segurança, gerenciamento e automação. As plataformas em nuvem são um tipo de PaaS. E quando os componentes de infraestrutura que compõem uma PaaS são altamente escaláveis e compartilháveis, a solução pode ser considerada uma nuvem.* /

Questão 36

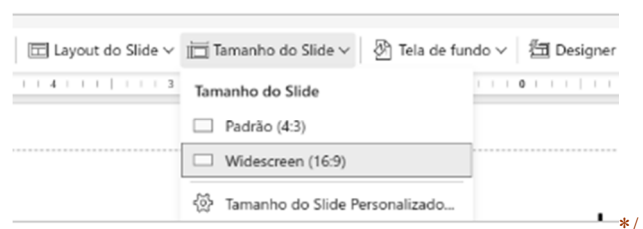
A função Novo Slide, na faixa de opções do PowerPoint, permite escolher

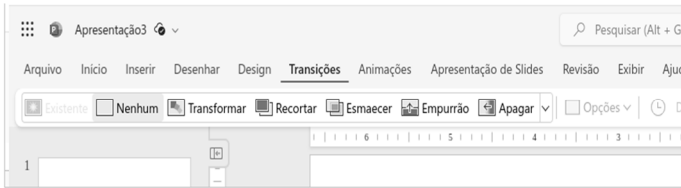
- A as dimensões do *slide*.
- B a transição do *slide*.
- C a configuração de impressão do *slide*.
- D o *layout* do *slide*.
- E a formatação da tela de fundo do *slide*.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - 1.6_INCORRETA.

Dimensões do *slide*



||B|| - 1.6_INCORRETA.Transição do *slide*

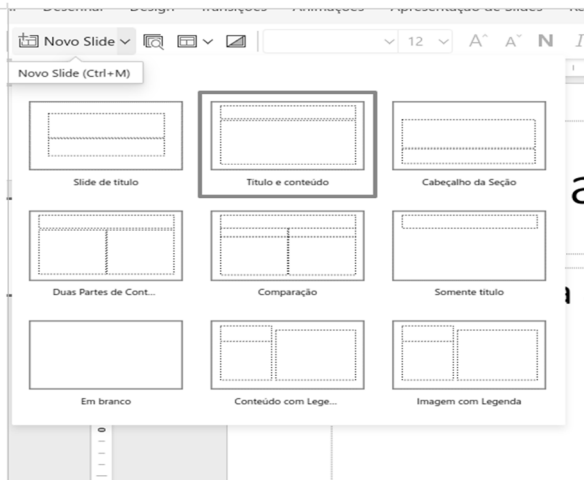
*/

||C|| - 1.6_INCORRETA.

Configuração de impressão



*/

||D|| - 1.6_CORRETA.Layout do *slide*

*/

||E|| - 1.6_INCORRETA

Formatar tela de fundo



*/

Questão 37

	A	B
1	José	54529
2	João	84113
3	Antônio	76348
4	Francisca	725642
5	Antônia	592815
6	Adriana	567968
7	Juliana	564706
8		

planilha 1

José	João	Antônio	Francisca	Antônia	Adriana	Juliana
54529	84113	76348	725642	592815	567968	564706

planilha 2

No Excel, para que um usuário obtenha a planilha 2 a partir da planilha 1, ele deverá selecionar as células de A1 a B7 e, então,

- Ⓐ clicar na aba Dados e selecionar o comando Classificar de A a Z (do menor para o maior).
- Ⓑ copiar o conteúdo dessas células e, ao colá-lo em outra célula, selecionar a opção Transpor Linhas e Colunas.
- Ⓒ inserir tabela com o comando **Ctrl** + **Alt** + **T**.
- Ⓓ clicar, nesta ordem, na aba Página Inicial, em Estilos de Célula, em Formato do Número e, por fim, em Vírgula.
- Ⓔ clicar na aba Página Inicial e, em seguida, em Mesclar e Centralizar.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - 1.5.5_INCORRETA. Selecionar as células de A1 até B7 > Dados > Classificar em ordem crescente

	A	B
1	José	54529
2	João	84119
3	Antônio	76348
4	Francisca	725642
5	Antonia	592815
6	Adriana	567968
7	Juliana	564706
8		

Planilha1

Juliana	564706
José	54529
João	84119
Francisca	725642
Antônio	76348
Antonia	592815
Adriana	567968

*/

||B|| - 1.5.4_CORRETA. Selecionar as células de A1 até B7 > Copiar o conteúdo das células > Colar > Transpor Linhas e Colunas

	A	B
1	José	54529
2	João	84119
3	Antônio	76348
4	Francisca	725642
5	Antonia	592815
6	Adriana	567968
7	Juliana	564706
8		

Planilha 1

José	João	Antônio	Francisca	Antonia	Adriana	Juliana
54529	84119	76348	725642	592815	567968	564706

*/

Situação hipotética 1A3-I

Em uma agência de inteligência, em certo momento, havia 90 casos a serem investigados — 78 deles envolviam roubos e 63 envolviam assassinatos. 30 agentes, trabalhando 6 horas por dia, conseguiram, em 40 dias, reduzir para 70 o número total de casos a serem investigados.

Questão 39

Considere que, na situação hipotética 1A3-I, o chefe da agência de inteligência tenha decidido realizar um mutirão, aumentando o número de agentes para 50, todos trabalhando 8 horas por dia. Nessas circunstâncias, se novos casos não surgirem e o nível de produtividade do período do mutirão permanecer o mesmo de antes, o número de casos a serem investigados será zerado

- A em menos de 45 dias.
- B entre 45 e 50 dias.
- C entre 50 e 55 dias.
- D entre 55 e 60 dias.
- E em mais de 60 dias.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - 3.2 Regras de três simples e compostas._INCORRETA. Serão necessários mais de 60 dias para zerar o número de casos.* /

||B|| - 3.2 Regras de três simples e compostas._INCORRETA. Serão necessários mais de 60 dias para zerar o número de casos.* /

||C|| - 3.2 Regras de três simples e compostas._INCORRETA. Serão necessários mais de 60 dias para zerar o número de casos.* /

||D|| - 3.2 Regras de três simples e compostas._INCORRETA. Serão necessários mais de 60 dias para zerar o número de casos.* /

||E|| - 3.2 Regras de três simples e compostas._CORRETA. Sendo N o número de casos a serem investigados, A o número de agentes trabalhando, H o número de horas diárias de trabalho e D o número de dias de trabalho, a relação entre essas variáveis é dada por $D = k \cdot N / A \cdot H$. Quando $N = 20$, $A = 30$ e $H = 6$, $D = 40$, o que leva a: $40 = k \times 20 / 30 \times 6 \Rightarrow k = 360$. Assim, para $N = 70$, $A = 50$ e $H = 8$, deve-se ter $D = 360 \times 70 / 50 \times 8 = 63$.*

Questão 40

Na situação hipotética 1A3-I, o menor número possível de casos a serem investigados que não envolviam roubos ou assassinatos é igual a

- A 12.
- B 15.
- C 27.
- D 51.
- E 63.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - 14 Operações com conjuntos._INCORRETA. Cálculo errado com base na diferença $90 - 78 = 12$.*

||B|| - 14 Operações com conjuntos._INCORRETA. Cálculo errado com base na diferença $78 - 63 = 15$.*

||C|| - 14 Operações com conjuntos._CORRETA. Indicando-se por A o conjunto dos casos que envolvem assassinatos e por R o conjunto dos que envolvem roubos, a questão requer o número mínimo de elementos do complementar da interseção de A e R. Tal número será obtido quando a interseção for máxima, o que significa que A será subconjunto de R. Nesse caso, a interseção coincidirá com A, e seu complementar terá $90 - 63 = 27$ elementos.* /

||D|| - 14 Operações com conjuntos._INCORRETA. Cálculo errado com base na conta $78 + 63 - 90 = 51$.*

||E|| - 14 Operações com conjuntos._INCORRETA. Erro baseado em um dado da situação hipotética.* /

Questão 41

Na situação hipotética 1A3-I, o percentual de casos a serem investigados que remanesceram após os 40 primeiros dias de trabalho dos agentes é

- A menor que 30%.
- B maior que 30% e menor que 55%.
- C maior que 55% e menor que 70%.
- D maior que 70% e menor que 80%.
- E maior que 80%.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - 3.3 Porcentagens._INCORRETA. $70/90 = 77,8\%$.*

||B|| - 3.3 Porcentagens._INCORRETA. $70/90 = 77,8\%$.*

||C|| - 3.3 Porcentagens._INCORRETA. $70/90 = 77,8\%$.*

||D|| - 3.3 Porcentagens._CORRETA. $70/90 = 77,8\%$.*

||E|| - 3.3 Porcentagens._INCORRETA. $70/90 = 77,8\%$.*

Situação hipotética 1A3-II

Pablo, estudante de direito aprovado em concurso público, foi preso por suspeita de tentativa de roubo, à mão armada, de um celular avaliado em R\$ 800,00. Seu nome, o de sua mãe, sua idade e seu local de nascimento coincidiam com as informações apuradas na investigação. Além disso, dados de localização do celular de Pablo, um aparelho de última geração avaliado em mais de R\$ 5 mil, indicaram que ele estava na cidade na época do crime.

Em sua defesa, ele alegou o que se segue.

P_1 : “Eu estava na cidade porque fui fazer concurso público.”

P_2 : “Meu celular vale muito mais que o que me acusam de tentar roubar.”

P_3 : “Se meu celular vale muito mais que o que me acusam de tentar roubar, não preciso tentar roubá-lo.”

P_4 : “Se não preciso tentar roubá-lo, não cometi esse crime.”

C: “Logo, não cometi esse crime.”

Questão 42

Com base na situação hipotética 1A3-II, assinale a opção que indica o número de linhas da tabela-verdade da proposição P_3 .

- A 2
- B 4
- C 8
- D 16
- E 32

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - 11.2 Tabelas-verdade._INCORRETA. A plausibilidade dessa opção decorre do fato de ser uma potência de 2.* /

||B|| - 11.2 Tabelas-verdade._CORRETA. Apesar de possuir muitos verbos, apenas duas estruturas verbais são passíveis de avaliação de valor lógico: o verbo “valer” e a expressão verbal “precisar tentar roubar”. Assim, a tabela-verdade possui $2^2 = 4$ linhas.* /

||C|| - 11.2 Tabelas-verdade._INCORRETA. A plausibilidade dessa opção decorre do fato de ser uma potência de 2.* /

||D|| - 11.2 Tabelas-verdade._INCORRETA. A plausibilidade dessa opção decorre do fato de ser uma potência de 2.* /

||E|| - 11.2 Tabelas-verdade._INCORRETA. A plausibilidade dessa opção decorre do fato de ser uma potência de 2.* /

Questão 43

A negação da proposição P_2 apresentada na situação hipotética 1A3-II pode ser expressa corretamente por

- A “Meu celular vale muito mais que o que não me acusam de tentar roubar.”.
- B “Meu celular vale muito menos que o que me acusam de tentar roubar.”.
- C “Meu celular não vale muito mais que o que me acusam de tentar roubar.”.
- D “Meu celular vale pouco mais que o que me acusam de tentar roubar.”.
- E “Meu celular não vale pouco menos que o que não me acusam de não tentar não roubar.”.

JUSTIFICATIVAS

||A|| - 11.1 Proposições simples e compostas. **INCORRETA**. A expressão “que me acusam de tentar roubar” apenas identifica o aparelho objeto do crime, não é passível de avaliação de valor lógico. Logo, não deve ser negada.*/

||B|| - 11.1 Proposições simples e compostas. **INCORRETA**. Entende-se que a falsidade da expressão “valer muito mais” inclui, além da possibilidade de “valer muito menos”, expressa nessa opção, as possibilidades de “valer pouco menos” e “valer pouco mais”, entre outras, a depender da forma de se expressar o espectro de valores. Assim, a proposição dessa opção não é adequada para negar P_2 .*/

||C|| - 11.1 Proposições simples e compostas. **CORRETA**. A expressão “não valer muito mais” representa todo o espectro de valores que torna falsa a expressão “valer muito mais”.*/

||D|| - 11.1 Proposições simples e compostas. **INCORRETA**. Entende-se que a falsidade da expressão “valer muito mais” inclui, além da possibilidade de “valer pouco mais”, expressa nessa opção, a possibilidade de “valer pouco menos” e “valer muito menos”, entre outras, a depender da forma de se expressar o espectro de valores. Assim, a proposição dessa opção não é adequada para negar P_2 .*/

||E|| - 11.1 Proposições simples e compostas. **INCORRETA**. A expressão “que me acusam de tentar roubar” apenas identifica o aparelho objeto do crime, não é passível de avaliação de valor lógico. Logo, não deve ser negada.*/

Questão 44

Assinale a opção em que está apresentada uma proposição equivalente à P_4 da situação hipotética 1A3-II.

- A “Preciso tentar roubá-lo ou não cometi esse crime.”
- B “Se preciso tentar roubá-lo, cometi esse crime.”
- C “Preciso tentar roubá-lo, mas não cometi esse crime.”
- D “Se não cometi esse crime, não preciso tentar roubá-lo.”
- E “Precisava tentar roubá-lo e cometi esse crime.”

JUSTIFICATIVAS

||A|| - 11.3 Equivalências. **CORRETA**. Basta aplicar a equivalência $p \rightarrow q \Leftrightarrow \sim p \vee q$.*/

||B|| - 11.3 Equivalências. **INCORRETA**. Trata-se da proposição contrária à P_4 .*/

||C|| - 11.3 Equivalências. **INCORRETA**. Trata-se da negação de P_4 .*/

||D|| - 11.3 Equivalências. **INCORRETA**. Trata-se da proposição recíproca de P_4 .*/

||E|| - 11.3 Equivalências. **INCORRETA**. Caso seja falsa a proposição “cometi esse crime” e seja verdadeira a proposição “precisava tentar roubá-lo”, será falsa a proposição dessa opção, e P_4 será verdadeira. Assim, não são equivalentes.*/

Questão 45

A partir dos dados da situação hipotética 1A3-II e do argumento construído por Pablo em sua defesa, assinale a opção correta.

- A Sob o ponto de vista lógico, o argumento não é válido, o que evidencia que Pablo é culpado.
- B Sob o ponto de vista lógico, o argumento é válido, o que isenta Pablo de culpa.
- C Sob o ponto de vista lógico, o argumento não é válido, mas isso não evidencia a culpa de Pablo.
- D O argumento é válido, mas isso não isenta nem evidencia a culpa de Pablo.
- E Sob o ponto de vista lógico, o argumento não é válido, o que indica que Pablo precisará juntar novos elementos para provar sua inocência.

JUSTIFICATIVAS

||A|| - 10 Lógica de argumentação: analogias, inferências, deduções e conclusões. **INCORRETA**. O argumento é válido.*/

||B|| - 10 Lógica de argumentação: analogias, inferências, deduções e conclusões. **INCORRETA**. A validade lógica do argumento, por si só, não é suficiente para a isenção de culpa, uma vez que apenas expressa a relação interna entre as premissas e a conclusão.*/

||C|| - 10 Lógica de argumentação: analogias, inferências, deduções e conclusões. **INCORRETA**. O argumento é válido.*/

||D|| - 10 Lógica de argumentação: analogias, inferências, deduções e conclusões. **CORRETA**. Se a conclusão fosse falsa, a veracidade de P_4 implicaria a falsidade de “não preciso tentar roubá-lo”. Isso, juntamente com a veracidade de P_3 , implica a falsidade de “meu celular vale muito mais que o que me acusam de tentar roubar”, o que contraria a premissa P_2 . Portanto, a conclusão é verdadeira e o argumento é válido. Importante ressaltar que a validade lógica do argumento, por si só, não é suficiente para assegurar a isenção nem é evidência de culpa, uma vez que apenas expressa a relação interna entre as premissas e a conclusão.*/

||E|| - 10 Lógica de argumentação: analogias, inferências, deduções e conclusões. **INCORRETA**. O argumento é válido.*/

Questão 46

Atualmente, a corrente majoritária de pensadores da área de contabilidade a conceitua como

- A uma subdivisão da administração.
- B uma forma de arte.
- C uma ciência social.
- D uma ciência exata.
- E uma técnica.

JUSTIFICATIVAS

||A|| - 1 Conceitos, objetivos e finalidades da contabilidade. **INCORRETA**. Contabilidade é a ciência que estuda os fenômenos patrimoniais, preocupando-se com realidades, evidências e comportamentos desses fenômenos em relação à eficácia funcional das células sociais.*/

||B|| - 1 Conceitos, objetivos e finalidades da contabilidade. **INCORRETA**. Contabilidade é a ciência que estuda os fenômenos patrimoniais, preocupando-se com realidades, evidências e comportamentos desses fenômenos em relação à eficácia funcional das células sociais.*/

||C|| - 1 Conceitos, objetivos e finalidades da contabilidade. **CORRETA**. Contabilidade é a ciência que estuda os fenômenos patrimoniais, preocupando-se com realidades, evidências e comportamentos desses fenômenos em relação à eficácia funcional das células sociais.*/

||D|| - 1 Conceitos, objetivos e finalidades da contabilidade. **INCORRETA**. Contabilidade é a ciência que estuda os fenômenos patrimoniais, preocupando-se com realidades, evidências e comportamentos desses fenômenos em relação à eficácia funcional das células sociais.*/

||E|| - 1 Conceitos, objetivos e finalidades da contabilidade. **INCORRETA**. Contabilidade é a ciência que estuda os fenômenos patrimoniais, preocupando-se com realidades, evidências e comportamentos desses fenômenos em relação à eficácia funcional das células sociais.*/

Questão 47

Considerando-se os componentes do objeto de estudo da contabilidade, é correto afirmar que um aumento no patrimônio que não seja resultante da atuação dos sócios ou acionistas da entidade, nessa condição, pode ser gerado por

- A** um aumento de direitos sem contrapartida passiva.
- B** um aumento nas obrigações devido a um financiamento.
- C** um aumento no ativo pela compra de um bem a prazo.
- D** uma redução no passivo provocada pelo pagamento de uma obrigação.
- E** uma redução no passivo com sacrifício de um bem ou direito da entidade.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - 2 Patrimônio: componentes, equação fundamental do patrimônio, situação líquida, representação gráfica._CORRETA. Haja vista a equação fundamental do patrimônio $PL = A - P$, aumentos no ativo ou reduções no passivo resultam em aumentos no patrimônio líquido. O ativo aumenta por crescimento nos bens e direitos da entidade. O passivo reduz-se pela baixa da obrigações. Contudo, eventos permutativos, apenas entre ativos e passivos, não são capazes de gerar impacto no patrimônio líquido, pois ativo e passivo variam na mesma proporção. Logo, um aumento do patrimônio líquido só é garantido se houver aumento de bens ou direitos da entidade sem a assunção de qualquer tipo de obrigação, ou baixa de itens do passivo, sem que qualquer sacrifício de ativo seja exigido.*

||B|| - 2 Patrimônio: componentes, equação fundamental do patrimônio, situação líquida, representação gráfica._INCORRETA. Haja vista a equação fundamental do patrimônio $PL = A - P$, aumentos no ativo ou reduções no passivo resultam em aumentos no patrimônio líquido. O ativo aumenta por crescimento nos bens e direitos da entidade. O passivo reduz-se pela baixa da obrigações. Contudo, eventos permutativos, apenas entre ativos e passivos, não são capazes de gerar impacto no patrimônio líquido, pois ativo e passivo variam na mesma proporção. Logo, um aumento do patrimônio líquido só é garantido se houver aumento de bens ou direitos da entidade sem a assunção de qualquer tipo de obrigação, ou baixa de itens do passivo, sem que qualquer sacrifício de ativo seja exigido.*

||C|| - 2 Patrimônio: componentes, equação fundamental do patrimônio, situação líquida, representação gráfica._INCORRETA. Haja vista a equação fundamental do patrimônio $PL = A - P$, aumentos no ativo ou reduções no passivo resultam em aumentos no patrimônio líquido. O ativo aumenta por crescimento nos bens e direitos da entidade. O passivo reduz-se pela baixa da obrigações. Contudo, eventos permutativos, apenas entre ativos e passivos, não são capazes de gerar impacto no patrimônio líquido, pois ativo e passivo variam na mesma proporção. Logo, um aumento do patrimônio líquido só é garantido se houver aumento de bens ou direitos da entidade sem a assunção de qualquer tipo de obrigação, ou baixa de itens do passivo, sem que qualquer sacrifício de ativo seja exigido.*

||D|| - 2 Patrimônio: componentes, equação fundamental do patrimônio, situação líquida, representação gráfica._INCORRETA. Haja vista a equação fundamental do patrimônio $PL = A - P$, aumentos no ativo ou reduções no passivo resultam em aumentos no patrimônio líquido. O ativo aumenta por crescimento nos bens e direitos da entidade. O passivo reduz-se pela baixa da obrigações. Contudo, eventos permutativos, apenas entre ativos e passivos, não são capazes de gerar impacto no patrimônio líquido, pois ativo e passivo variam na mesma proporção. Logo, um aumento do patrimônio líquido só é garantido se houver aumento de bens ou direitos da entidade sem a assunção de qualquer tipo de obrigação, ou baixa de itens do passivo, sem que qualquer sacrifício de ativo seja exigido.*

||E|| - 2 Patrimônio: componentes, equação fundamental do patrimônio, situação líquida, representação gráfica._INCORRETA. Haja vista a equação fundamental do patrimônio $PL = A - P$, aumentos no ativo ou reduções no passivo resultam em aumentos no patrimônio líquido. O ativo aumenta por crescimento nos bens e direitos da entidade. O passivo reduz-se pela baixa da obrigações. Contudo, eventos permutativos, apenas entre ativos e passivos, não são capazes de gerar impacto no patrimônio líquido, pois ativo e passivo variam na mesma proporção. Logo, um aumento do patrimônio líquido só é garantido se houver aumento de bens ou direitos da entidade sem a assunção de qualquer tipo de obrigação, ou baixa de itens do passivo, sem que qualquer sacrifício de ativo seja exigido.*

Questão 48

Julgue os itens a seguir, relativos a atos e fatos administrativos.

- I A compra, à vista, de mercadorias para revenda constitui um fato administrativo permutativo.
- II A compra de um veículo, com 50% do pagamento em dinheiro e 50% financiado, é um exemplo de fato administrativo misto.
- III O pagamento de um título vencido e acrescido de juros moratórios e multa é um fato administrativo modificativo.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item I está certo.
- B** Apenas o item II está certo.
- C** Apenas os itens I e III estão certos.
- D** Apenas os itens II e III estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - 3 Atos e fatos administrativos: conceitos, fatos permutativos, modificativos e mistos._CORRETA. O item I está certo. Fato permutativo é aquele que não modifica o patrimônio líquido da entidade.*

||B|| - 3 Atos e fatos administrativos: conceitos, fatos permutativos, modificativos e mistos._INCORRETA. O item II está errado. Um fato misto é aquele que, além de movimentar valores entre contas de ativo e passivo, também provoca modificação no patrimônio líquido da entidade, gerando receita ou despesa.*

||C|| - 3 Atos e fatos administrativos: conceitos, fatos permutativos, modificativos e mistos._INCORRETA. O item II está errado.*

||D|| - 3 Atos e fatos administrativos: conceitos, fatos permutativos, modificativos e mistos._INCORRETA. Além do item II, o item III também está errado, pois fato modificativo é aquele que modifica o patrimônio líquido da entidade, o que não é o caso do evento descrito.*

||E|| - 3 Atos e fatos administrativos: conceitos, fatos permutativos, modificativos e mistos._INCORRETA. Apenas o item I está certo.*

Questão 49

Uma empresa adquiriu um equipamento de uso produtivo para utilizá-lo por 10 anos. No ato da compra, a empresa pagou uma entrada de 20% do valor do equipamento e financiou os 80% restantes em 60 meses, com juros prefixados.

Nessa situação hipotética, para escriturar a referida transação por meio de apenas um lançamento contábil, a empresa deverá, obrigatoriamente, utilizar

- A** apenas uma conta devedora e uma conta credora.
- B** três contas devedoras e uma conta credora.
- C** ao menos duas contas do ativo e três contas do passivo.
- D** uma única conta do ativo e duas contas do passivo.
- E** apenas duas contas do ativo e uma única conta do passivo.

JUSTIFICATIVAS

||A|| - 4 Contas: conceitos, contas de débitos, contas de créditos e saldos. 5 Plano de contas: conceitos, elenco de contas, função e funcionamento das contas. 6 Escrituração: conceitos, lançamentos contábeis, elementos essenciais, fórmulas de lançamentos, livros de escrituração, métodos e processos, regime de competência e regime de caixa. INCORRETA. O lançamento do evento deve ser feita da seguinte forma.

D – equipamentos (ativo – devedor)

D – juros passivos a transcorrer (passivo – devedor)

C – caixa ou banco (ativo – devedor)

C – financiamento (passivo – credor)

Portanto, três contas devedoras e uma credora, sendo duas contas do ativo e duas contas do passivo.* /

||B|| - 4 Contas: conceitos, contas de débitos, contas de créditos e saldos. 5 Plano de contas: conceitos, elenco de contas, função e funcionamento das contas. 6 Escrituração: conceitos, lançamentos contábeis, elementos essenciais, fórmulas de lançamentos, livros de escrituração, métodos e processos, regime de competência e regime de caixa. CORRETA. O lançamento do evento deve ser feita da seguinte forma.

D – equipamentos (ativo – devedor)

D – juros passivos a transcorrer (passivo – devedor)

C – caixa ou banco (ativo – devedor)

C – financiamento (passivo – credor)

Portanto, três contas devedoras e uma credora, sendo duas contas do ativo e duas contas do passivo.* /

||C|| - 4 Contas: conceitos, contas de débitos, contas de créditos e saldos. 5 Plano de contas: conceitos, elenco de contas, função e funcionamento das contas. 6 Escrituração: conceitos, lançamentos contábeis, elementos essenciais, fórmulas de lançamentos, livros de escrituração, métodos e processos, regime de competência e regime de caixa. INCORRETA. O lançamento do evento deve ser feita da seguinte forma.

D – equipamentos (ativo – devedor)

D – juros passivos a transcorrer (passivo – devedor)

C – caixa ou banco (ativo – devedor)

C – financiamento (passivo – credor)

Portanto, três contas devedoras e uma credora, sendo duas contas do ativo e duas contas do passivo.* /

||D|| - 4 Contas: conceitos, contas de débitos, contas de créditos e saldos. 5 Plano de contas: conceitos, elenco de contas, função e funcionamento das contas. 6 Escrituração: conceitos, lançamentos contábeis, elementos essenciais, fórmulas de lançamentos, livros de escrituração, métodos e processos, regime de competência e regime de caixa. INCORRETA. O lançamento do evento deve ser feita da seguinte forma.

D – equipamentos (ativo – devedor)

D – juros passivos a transcorrer (passivo – devedor)

C – caixa ou banco (ativo – devedor)

C – financiamento (passivo – credor)

Portanto, três contas devedoras e uma credora, sendo duas contas do ativo e duas contas do passivo.* /

||E|| - 4 Contas: conceitos, contas de débitos, contas de créditos e saldos. 5 Plano de contas: conceitos, elenco de contas, função e funcionamento das contas. 6 Escrituração: conceitos, lançamentos contábeis, elementos essenciais, fórmulas de lançamentos, livros de escrituração, métodos e processos, regime de competência e regime de caixa. INCORRETA. O lançamento do evento deve ser feita da seguinte forma.

D – equipamentos (ativo – devedor)

D – juros passivos a transcorrer (passivo – devedor)

C – caixa ou banco (ativo – devedor)

C – financiamento (passivo – credor)

Portanto, três contas devedoras e uma credora, sendo duas contas do ativo e duas contas do passivo.* /

Questão 50

Para reforçar seu caixa, uma empresa recorreu ao desconto bancário de alguns títulos emitidos por ela mesma. Sobre essa operação incidiram juros, cobrados antecipadamente, e tarifas bancárias.

A partir da situação hipotética anterior, assinale a opção que apresenta corretamente a contabilização da referida operação na tomadora do crédito, desconsiderados os valores envolvidos.

- A** débito – despesas bancárias
débito – despesa de juros
débito – conta-corrente bancária
crédito – títulos a receber
- B** débito – conta-corrente bancária
crédito – empréstimos a pagar
débito – despesas bancárias
crédito – juros passivos a transcorrer
- C** débito – despesas financeiras
débito – bancos
crédito – bancos
crédito – empréstimos a pagar
- D** débito – bancos
débito – encargos a transcorrer
débito – despesas bancárias
crédito – títulos descontados
- E** débito – despesas financeiras
débito – conta-corrente
crédito – juros ativos a transcorrer
crédito – títulos descontados

JUSTIFICATIVAS

||A|| - 7 Contabilização de operações contábeis diversas: juros, descontos, tributos, aluguéis, variação monetária/ cambial, folha de pagamento, compras, vendas e provisões, depreciações e baixa de bens. INCORRETA. A movimentação principal do evento em apreço se dá na conta bancária da empresa. Um débito pela entrada dos recursos do desconto de títulos, deduzido das tarifas bancárias cobradas (uma despesa – devedora) e dos encargos financeiros que serão reconhecidos no transcurso do tempo (um ativo – devedor), tendo como principal contrapartida a obrigação assumida, expressa por um crédito em conta passiva de títulos descontados.

D – bancos (líquido dos encargos)

D – encargos a transcorrer

D – despesas bancárias

C – títulos descontados* /

||B|| - 7 Contabilização de operações contábeis diversas: juros, descontos, tributos, aluguéis, variação monetária/ cambial, folha de pagamento, compras, vendas e provisões, depreciações e baixa de bens. INCORRETA. A movimentação principal do evento em apreço se dá na conta bancária da empresa. Um débito pela entrada dos recursos do desconto de títulos, deduzido das tarifas bancárias cobradas (uma despesa – devedora) e dos encargos financeiros que serão reconhecidos no transcurso do tempo (um ativo – devedor), tendo como principal contrapartida a obrigação assumida, expressa por um crédito em conta passiva de títulos descontados.

D – bancos (líquido dos encargos)

D – encargos a transcorrer

D – despesas bancárias

C – títulos descontados* /

||C|| - 7 Contabilização de operações contábeis diversas: juros, descontos, tributos, aluguéis, variação monetária/ cambial, folha de pagamento, compras, vendas e provisões, depreciações e baixa de bens. INCORRETA. A movimentação principal do evento em apreço se dá na conta bancária da empresa. Um débito pela entrada dos recursos do desconto de títulos, deduzido das tarifas bancárias cobradas (uma despesa – devedora) e dos encargos financeiros que serão reconhecidos no transcurso do tempo (um ativo – devedor), tendo como principal contrapartida a obrigação assumida, expressa por um crédito em conta passiva de títulos descontados.

D – bancos (líquido dos encargos)

D – encargos a transcorrer

D – despesas bancárias

C – títulos descontados*/

||D|| - 7 Contabilização de operações contábeis diversas: juros, descontos, tributos, aluguéis, variação monetária/ cambial, folha de pagamento, compras, vendas e provisões, depreciações e baixa de bens. CORRETA. A movimentação principal do evento em apreço se dá na conta bancária da empresa. Um débito pela entrada dos recursos do desconto de títulos, deduzido das tarifas bancárias cobradas (uma despesa – devedora) e dos encargos financeiros que serão reconhecidos no transcurso do tempo (um ativo – devedor), tendo como principal contrapartida a obrigação assumida, expressa por um crédito em conta passiva de títulos descontados.

D – bancos (líquido dos encargos)

D – encargos a transcorrer

D – despesas bancárias

C – títulos descontados*/

||E|| - 7 Contabilização de operações contábeis diversas: juros, descontos, tributos, aluguéis, variação monetária/ cambial, folha de pagamento, compras, vendas e provisões, depreciações e baixa de bens. INCORRETA. A movimentação principal do evento em apreço se dá na conta bancária da empresa. Um débito pela entrada dos recursos do desconto de títulos, deduzido das tarifas bancárias cobradas (uma despesa – devedora) e dos encargos financeiros que serão reconhecidos no transcurso do tempo (um ativo – devedor), tendo como principal contrapartida a obrigação assumida, expressa por um crédito em conta passiva de títulos descontados.

D – bancos (líquido dos encargos)

D – encargos a transcorrer

D – despesas bancárias

C – títulos descontados*/

Questão 51

O efeito líquido da movimentação do período sobre o saldo de uma conta é explicitado por meio de

- A apenas balancetes de duas colunas.
- B balancetes de duas ou quatro colunas.
- C apenas balancetes de seis colunas.
- D balancetes de seis ou oito colunas.
- E apenas balancetes de oito colunas.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - 8 Balancete de verificação: conceitos, modelos e técnicas de elaboração. INCORRETA. O único modelo de balancete que explicita o efeito líquido do movimento do período sobre o saldo de cada conta é o balancete de 8 colunas. Diferentemente dos demais modelos, o balancete possui duas colunas a mais na seção relativa à movimentação do período, demonstrando se o impacto desse movimento no saldo final é devedor ou credor.*/

||B|| - 8 Balancete de verificação: conceitos, modelos e técnicas de elaboração. INCORRETA. O único modelo de balancete que explicita o efeito líquido do movimento do período sobre o saldo de cada conta é o balancete de 8 colunas. Diferentemente dos demais modelos, o balancete possui duas colunas a mais na seção relativa à movimentação do período, demonstrando se o impacto desse movimento no saldo final é devedor ou credor.*/

||C|| - 8 Balancete de verificação: conceitos, modelos e técnicas de elaboração. INCORRETA. O único modelo de balancete que explicita o efeito líquido do movimento do período sobre o saldo de cada conta é o balancete de 8 colunas. Diferentemente dos demais modelos, o balancete possui duas colunas a mais na seção relativa à movimentação do período, demonstrando se o impacto desse movimento no saldo final é devedor ou credor.*/

||D|| - 8 Balancete de verificação: conceitos, modelos e técnicas de elaboração. INCORRETA. O único modelo de balancete que explicita o efeito líquido do movimento do período sobre o saldo de cada conta é o balancete de 8 colunas. Diferentemente dos demais modelos, o balancete possui duas colunas a mais na seção relativa à movimentação do período, demonstrando se o impacto desse movimento no saldo final é devedor ou credor.*/

||E|| - 8 Balancete de verificação: conceitos, modelos e técnicas de elaboração. CORRETA. O único modelo de balancete que explicita o efeito líquido do movimento do período sobre o saldo de cada conta é o balancete de 8 colunas. Diferentemente dos demais modelos, o balancete possui duas colunas a mais na seção relativa à movimentação do período, demonstrando se o impacto desse movimento no saldo final é devedor ou credor.*/

Questão 52

Conforme as Normas Brasileiras de Contabilidade, assinale a opção correta a respeito do balanço patrimonial.

- A O ativo deve ser organizado por grau de liquidez, e o passivo, por grau de exigibilidade, iniciando-se pelas contas menos líquidas e exigíveis até as mais líquidas e exigíveis.
- B O passivo não circulante deve expressar todas as obrigações de longo prazo vencidas e com cláusula de cobrança imediata, em caso de inadimplemento.
- C Os valores relativos a aplicações de recursos para constituição de ativo diferido devem ser apresentados apenas em conta adequada de ativos não circulantes.
- D O balanço patrimonial deve apresentar conta que expresse o total de ativos classificados como disponíveis para venda, caso a legislação permita.
- E O patrimônio líquido deve conter conta adequada para a necessária reavaliação de itens patrimoniais ativos.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - 9 Balanço patrimonial: conceitos, objetivo, composição.

11 Normas Brasileiras de Contabilidade INCORRETA. No Brasil, o balanço patrimonial parte dos valores mais líquidos e exigíveis para os menos líquidos e exigíveis. CPC 26 (R1)*/

||B|| - 9 Balanço patrimonial: conceitos, objetivo, composição.

11 Normas Brasileiras de Contabilidade INCORRETA. As citadas obrigações devem ser apresentadas no passivo circulante, tão logo verificada a inadimplência.*/

||C|| - 9 Balanço patrimonial: conceitos, objetivo, composição. 11 Normas Brasileiras de Contabilidade INCORRETA. Desde a reforma promovida pelas Leis n.º 11.638/2007 e n.º 11.941/2009, o citado grupo patrimonial está extinto.*/

||D|| - 9 Balanço patrimonial: conceitos, objetivo, composição. 11 Normas Brasileiras de Contabilidade CORRETA. Item 54 do CPC 26 (R1): “O balanço patrimonial deve apresentar, respeitada a legislação, as seguintes contas: (...) (e) total de ativos classificados como disponíveis para venda e ativos à disposição para venda de acordo com o CPC 31 – Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada;”.*/

||E|| - 9 Balanço patrimonial: conceitos, objetivo, composição. 11 Normas Brasileiras de Contabilidade INCORRETA. Desde a reforma promovida pelas Leis n.º 11.638/2007 e n.º 11.941/2009, a citada conta está extinta.*/

Questão 53

De acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade, a demonstração de resultado do exercício deve apresentar

- Ⓐ os resultados empresariais organizados por critérios que excluam a segregação em operacionais e não operacionais.
- Ⓑ os resultados de negócios empresarias em continuidade, deixando de evidenciar operações descontinuadas.
- Ⓒ os dividendos por ação tanto dos acionistas majoritários quanto dos minoritários.
- Ⓓ todos os custos, operacionais ou não, inclusive os custos de oportunidade.
- Ⓔ contas de resultados abrangentes que tenham afetado a posição patrimonial dos sócios ou acionistas.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - 10 Demonstração de resultado de exercício: conceito, objetivo, composição. 11 Normas Brasileiras de Contabilidade. INCORRETA. Por força legal, a citada segregação foi mantida, conforme o CPC 26 (R1), item 82, f: “em atendimento à legislação societária brasileira vigente na data da emissão deste Pronunciamento, a demonstração do resultado deve incluir ainda as seguintes rubricas: (...) (iii) despesas com vendas, gerais, administrativas e outras despesas e receitas operacionais;”.*/

||B|| - 10 Demonstração de resultado de exercício: conceito, objetivo, composição. 11 Normas Brasileiras de Contabilidade. INCORRETA. Conforme o CPC 26 (R1), item 98, operações descontinuadas devem ser evidenciadas na DRE: “As circunstâncias que dão origem à divulgação separada de itens de receitas e despesas incluem: (...) (e) unidades operacionais descontinuadas”.*/

||C|| - 10 Demonstração de resultado de exercício: conceito, objetivo, composição. 11 Normas Brasileiras de Contabilidade. INCORRETA. Dividendo por ação é tema da DMPL ou de nota explicativa, mas não da DRE, conforme o CPC 26 (R1), item 107: “A entidade deve apresentar, na demonstração das mutações do patrimônio líquido ou nas notas explicativas, o montante de dividendos reconhecidos como distribuição aos proprietários durante o período e o respectivo montante dos dividendos por ação”.*/

||D|| - 10 Demonstração de resultado de exercício: conceito, objetivo, composição. 11 Normas Brasileiras de Contabilidade. INCORRETA. Custos exclusivamente econômicos, como é o caso do custo de oportunidade, não tem expressão contábil. O custo de oportunidade é um conceito teórico que mensura o custo daquilo que se deixa de fazer quando é preciso fazer uma escolha de qualquer tipo. Esse custo se diferencia de um custo real, também conhecido como um custo contábil, que acontece de maneira direta e quantitativa. O custo de oportunidade se baseia em um custo qualitativo daquilo que poderia ser feito. */

||E|| - 10 Demonstração de resultado de exercício: conceito, objetivo, composição. 11 Normas Brasileiras de Contabilidade. CORRETA. Resultados abrangentes que modificam o direito dos sócios e acionistas devem ser expressos na DRE.*/

Questão 54

5	7	3	0	2	1	7	8	3
---	---	---	---	---	---	---	---	---

A tabela precedente apresenta uma amostra de X ocorrências de furtos em comércios locais registradas em dez dias e selecionadas aleatoriamente. Se Me denota a média amostral e Md representa a mediana amostral de X , sabe-se que a diferença $D = Me - Md$ se relaciona com uma medida de assimetria. Para esse conjunto de dados, o valor D é igual a

- Ⓐ -2.
- Ⓑ -1.
- Ⓒ 0.
- Ⓓ +1.
- Ⓔ +2.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - 1 Estatística descritiva e análise exploratória de dados: gráficos, diagramas, tabelas, medidas descritivas (posição, dispersão, assimetria e curtose). INCORRETA. O resultado -2 seria consequência de uma troca de conceitos e erro operacional.

Como a soma dos valores é igual a 36, obtém-se $Me = \frac{36}{9} = 4$. O valor central da sequência não ordenada é igual a 2. Com base nesse valor, a diferença será igual a -2 se houver erro operacional. No entanto, a mediana amostral deve representar o valor central da sequência ordenada.*/

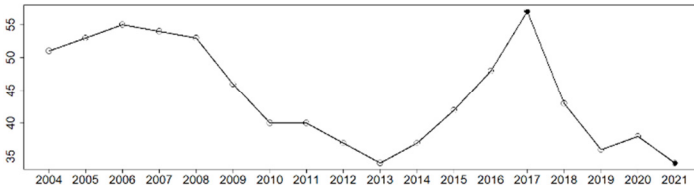
||B|| - 1 Estatística descritiva e análise exploratória de dados: gráficos, diagramas, tabelas, medidas descritivas (posição, dispersão, assimetria e curtose). INCORRETA. O resultado -1 seria consequência de uma troca de conceitos: a mediana deve representar o valor central da sequência ordenada ($Md = 3$), e a média denota a posição de equilíbrio do conjunto de dados ($Me = 4$).*/

||C|| - 1 Estatística descritiva e análise exploratória de dados: gráficos, diagramas, tabelas, medidas descritivas (posição, dispersão, assimetria e curtose). INCORRETA. Como média e mediana representam conceitos distintos, a diferença não poderia ser nula nesse caso. O valor central da sequência ordenada $\{0,1,2,3,3,5,7,7,8\}$ é igual a 3 e, por isso, tem-se $Md = 3$. Como a soma dos valores é igual a 36, obtém-se $Me = \frac{36}{9} = 4$. Logo, $D = Me - Md = 4 - 3 \neq 0$.*/

||D|| - 1 Estatística descritiva e análise exploratória de dados: gráficos, diagramas, tabelas, medidas descritivas (posição, dispersão, assimetria e curtose). CORRETA. O valor central da sequência ordenada $\{0,1,2,3,3,5,7,7,8\}$ é igual a 3 e, por isso, tem-se $Md = 3$. Como a soma dos valores é igual a 36, obtém-se $Me = \frac{36}{9} = 4$. Logo, $D = Me - Md = 4 - 3 = 1$.*/

||E|| - 1 Estatística descritiva e análise exploratória de dados: gráficos, diagramas, tabelas, medidas descritivas (posição, dispersão, assimetria e curtose). INCORRETA. Como a soma dos valores é igual a 36, obtém-se $Me = \frac{36}{9} = 4$. O valor central da sequência não ordenada é igual a 2. Com base nesse valor, a diferença seria igual a 2. No entanto, a mediana amostral deve representar o valor central da sequência ordenada.*/

Questão 55



<R>Internet: <www.sds.pe.gov.br>.

A figura precedente mostra a evolução temporal da taxa de determinado crime, de 2004 a 2021, com valores por 100 mil habitantes, no estado de Pernambuco. Nesse período, essa taxa atingiu o pico em 2017 (57 por 100 mil habitantes), alcançando o menor patamar dessa série histórica em 2021 (34 por 100 mil habitantes). A diferença entre esses extremos, de 23 por 100 mil habitantes, representa uma medida de dispersão conhecida como

- Ⓐ desvio padrão.
- Ⓑ variância.
- Ⓒ curtose.
- Ⓓ intervalo interquartil.
- Ⓔ amplitude amostral.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - 1 Estatística descritiva e análise exploratória de dados: gráficos, diagramas, tabelas, medidas descritivas (posição, dispersão, assimetria e curtose). _INCORRETA. Pela definição, o desvio padrão deve ser inferior à metade da diferença entre o máximo e o mínimo.* /

||B|| - 1 Estatística descritiva e análise exploratória de dados: gráficos, diagramas, tabelas, medidas descritivas (posição, dispersão, assimetria e curtose). _INCORRETA. A variância representa uma variação quadrática, por isso não seria possível encontrá-la na mesma unidade de medida da taxa do crime.* /

||C|| - 1 Estatística descritiva e análise exploratória de dados: gráficos, diagramas, tabelas, medidas descritivas (posição, dispersão, assimetria e curtose). _INCORRETA. A curtose não é medida de dispersão.* /

||D|| - 1 Estatística descritiva e análise exploratória de dados: gráficos, diagramas, tabelas, medidas descritivas (posição, dispersão, assimetria e curtose). _INCORRETA. O intervalo interquartil denota a amplitude entre o quartil superior e o inferior. Por isso, essa medida deveria ser inferior a 23.* /

||E|| - 1 Estatística descritiva e análise exploratória de dados: gráficos, diagramas, tabelas, medidas descritivas (posição, dispersão, assimetria e curtose). _CORRETA. A diferença entre os extremos superior e inferior da série de dados é chamada de amplitude amostral.* /

Questão 56

Considerados dois eventos aleatórios E_1 e E_2 , tais que $P(E_1 \cap E_2 | E_1) = 0,3$, $P(E_1 | E_2) = 0,4$ e $P(E_1 \cup E_2) = 0,87$, o valor da probabilidade de ocorrência do evento E_1 é igual a

- Ⓐ 0,3.
- Ⓑ 0,4.
- Ⓒ 0,6.
- Ⓓ 0,7.
- Ⓔ 0,9.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - 2 Probabilidade. 2.1 Definições básicas e axiomas. 2.2 Probabilidade condicional e independência. _INCORRETA. Na situação em questão, $P(E_1)$ não poderia ser igual a $P(E_1 \cap E_2 | E_1) = 0,3$.*

||B|| - 2 Probabilidade. 2.1 Definições básicas e axiomas. 2.2 Probabilidade condicional e independência. _INCORRETA. $P(E_1)$ não pode ser igual a 0,4, pois E_1 e E_2 não são independentes.* /

||C|| - 2 Probabilidade. 2.1 Definições básicas e axiomas. 2.2 Probabilidade condicional e independência. _CORRETA. Com base na definição de probabilidade e de probabilidade condicional, tem-se: $P(E_1 \cap E_2 | E_1) = 0,3 = \frac{P(E_1 \cap E_2 \cap E_1)}{P(E_1)}$

$\frac{P(E_1 \cap E_2)}{P(E_1)} = \frac{P(E_1 \cap E_2)}{P(E_1)} \times \frac{P(E_2)}{P(E_2)} = \frac{P(E_1 | E_2) \times P(E_2)}{P(E_1)} = 0,4 \times \frac{P(E_2)}{P(E_1)}$, ou seja,

$\frac{P(E_2)}{P(E_1)} = \frac{0,3}{0,4} = 0,75$. Pelos axiomas de probabilidade, tem-se

$P(E_1 \cup E_2) = 0,87 = P(E_1) + P(E_2) - P(E_1 \cap E_2)$. Dividindo-se essa relação por $P(E_1)$, obtém-se

$\frac{0,87}{P(E_1)} = 1 + \frac{P(E_2)}{P(E_1)} - \frac{P(E_1 \cap E_2)}{P(E_1)} = 1 + 0,75 - 0,3 = 1,45$, ou seja,

$P(E_1) = \frac{0,87}{1,45} = 0,6$.*

||D|| - 2 Probabilidade. 2.1 Definições básicas e axiomas. 2.2 Probabilidade condicional e independência. _INCORRETA. $P(E_1)$ não poderia ser igual a $P(E_1 \cap E_2 | E_1) + P(E_1 | E_2) = 0,7$.*

||E|| - 2 Probabilidade. 2.1 Definições básicas e axiomas. 2.2 Probabilidade condicional e independência. _INCORRETA. $P(E_1)$ não poderia ser superior a $P(E_1 \cup E_2)$.*



Questão 57

Supondo-se que os eventos A , B , C e D sejam coletivamente independentes, de maneira que $P(A) = 0,4$, $P(B) = 0,3$, $P(C) = 0,2$ e $P(D) = 0,1$, é correto afirmar que o valor da probabilidade de ocorrência do evento $A \cap B \cap C \cap D$ é igual a

- Ⓐ 0.
- Ⓑ 0,0024.
- Ⓒ 0,0128.
- Ⓓ 0,0256.
- Ⓔ 0,2500.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - 2 Probabilidade. 2.1 Definições básicas e axiomas. 2.2 Probabilidade condicional e independência. _INCORRETA. $P(A \cap B \cap C \cap D)$ não pode ser nulo, porque os eventos envolvidos não são mutuamente excludentes.* /

||B|| - 2 Probabilidade. 2.1 Definições básicas e axiomas. 2.2 Probabilidade condicional e independência. _CORRETA. $P(A \cap B \cap C \cap D) = 0,4 \times 0,3 \times 0,2 \times 0,1 = 0,0024$.*

||C|| - 2 Probabilidade. 2.1 Definições básicas e axiomas. 2.2 Probabilidade condicional e independência. _INCORRETA. $P(A \cap B \cap C \cap D)$ não pode ser igual a 0,0128.* /

||D|| - 2 Probabilidade. 2.1 Definições básicas e axiomas. 2.2 Probabilidade condicional e independência. _INCORRETA. $P(A \cap B \cap C \cap D)$ deve ser inferior a $0,4^4 = 0,0256$.*

||E|| - 2 Probabilidade. 2.1 Definições básicas e axiomas. 2.2 Probabilidade condicional e independência. _INCORRETA. $P(A \cap B \cap C \cap D)$ deve ser inferior a $P(D) = 0,1$, pois $A \cap B \cap C \cap D \subset D$.*

Questão 58

Um estudo acerca da saúde mental de detentos foi efetuado em determinada penitenciária que reúne 2 mil detentos acomodados em 100 celas. O levantamento dos dados foi conduzido da seguinte forma: dez celas foram selecionadas mediante sorteio aleatório, e todos os 193 detentos encontrados nessas celas foram entrevistados por uma equipe psicossocial.

No levantamento amostral da situação hipotética apresentada, a técnica de amostragem empregada foi a

- A** aleatória simples.
- B** estratificada com alocação uniforme.
- C** estratificada com alocação proporcional.
- D** sistemática.
- E** por conglomerados.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - 3 Técnicas de amostragem: amostragem aleatória simples, estratificada, sistemática e por conglomerados._INCORRETA. O detento não representa uma unidade amostral, já que a unidade selecionada é a cela, sendo entrevistados todos os detentos reunidos nessas celas. Assim, cada cela representa um conglomerado de detentos, o que caracteriza uma amostragem por conglomerados de 10 celas.* /

||B|| - 3 Técnicas de amostragem: amostragem aleatória simples, estratificada, sistemática e por conglomerados._INCORRETA. Não houve estratificação da população de detentos. Logo, a amostragem não foi estratificada.* /

||C|| - 3 Técnicas de amostragem: amostragem aleatória simples, estratificada, sistemática e por conglomerados._INCORRETA. Não houve estratificação da população de detentos. Logo, a amostragem não foi estratificada.* /

||D|| - 3 Técnicas de amostragem: amostragem aleatória simples, estratificada, sistemática e por conglomerados._INCORRETA. Não houve sistematização no processo de seleção das unidades amostrais (celas). Logo, a amostragem não foi sistemática.* /

||E|| - 3 Técnicas de amostragem: amostragem aleatória simples, estratificada, sistemática e por conglomerados._CORRETA. O texto descreve cada cela como uma unidade amostral, sendo entrevistados todos os detentos reunidos nessas celas. Assim, cada cela representa um conglomerado de detentos. Logo, trata-se de uma amostragem por conglomerados de 10 celas.* /

Questão 59

estrato	tamanho populacional	desvio padrão
I	50.000	5
II	80.000	4
III	120.000	3
IV	160.000	2
V	190.000	1
total	600.000	---

Suponha que uma população formada por 600 mil pessoas se encontre distribuída em cinco estratos, conforme o quadro precedente, que mostra, ainda, o desvio padrão da variável de interesse. Para a estimação da média populacional dessa variável de interesse mediante amostragem estratificada com alocação ótima de Neyman, o estrato que deve contribuir com o maior número de unidades amostrais é o

- A** I.
- B** II.
- C** III.
- D** IV.
- E** V.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - 3 Técnicas de amostragem: amostragem aleatória simples, estratificada, sistemática e por conglomerados._INCORRETA. O estrato I apresenta o segundo menor número de unidades amostrais.* /

||B|| - 3 Técnicas de amostragem: amostragem aleatória simples, estratificada, sistemática e por conglomerados._INCORRETA. Os estratos II e IV apresentam o segundo maior número de unidades amostrais.* /

||C|| - 3 Técnicas de amostragem: amostragem aleatória simples, estratificada, sistemática e por conglomerados._CORRETA. Com as devidas simplificações, o quadro a seguir mostra o resultado do produto entre tamanho de cada estrato e o desvio padrão da variável de interesse. Como a maior variação total se encontra no estrato III, pela alocação ótima de Neyman, ele deverá contribuir proporcionalmente com o maior número de unidades amostrais.

estrato	tamanho populacional	desvio padrão	produto
I	5	5	25
II	8	4	32
III	12	3	36
IV	16	2	32
V	19	1	19

* /

||D|| - 3 Técnicas de amostragem: amostragem aleatória simples, estratificada, sistemática e por conglomerados._INCORRETA. Os estratos II e IV apresentam o segundo maior número de unidades amostrais.* /

||E|| - 3 Técnicas de amostragem: amostragem aleatória simples, estratificada, sistemática e por conglomerados._INCORRETA. O estrato V apresenta o menor número de unidades amostrais.* /

Questão 60

Considere que um pesquisador deseje estimar a média populacional de uma variável de interesse mediante amostragem aleatória simples com reposição. Nesse caso, para que o erro padrão da média amostral seja igual a 4% do desvio padrão populacional dessa variável de interesse, o tamanho da amostra deverá ser igual a

- A** 625.
- B** 400.
- C** 256.
- D** 25.
- E** 4.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - 3.1 Tamanho amostral._CORRETA. Na amostragem aleatória simples com reposição, define-se o erro padrão da média amostral como $EP = \sigma/\sqrt{n}$, em que σ representa o desvio padrão populacional e n é o tamanho da amostra. Assim, $EP = \sigma/\sqrt{n} = 0,04\sigma$, se $\sqrt{n} = 1/0,04$, ou seja, $n = 625$.*/

||B|| - 3.1 Tamanho amostral._INCORRETA. Esse valor corresponde ao tamanho mínimo da amostra encontrado em livros-textos para a estimação de uma proporção fixando-se margem de erro em 5%, com 95% de confiança. No entanto, esse caso não se aplica à situação em questão.*/

||C|| - 3.1 Tamanho amostral._INCORRETA. Sabendo-se que o erro padrão da média amostral é $EP = \sigma/\sqrt{n}$, no qual σ representa o desvio padrão populacional e n é o tamanho da amostra, tem-se $P = \sigma/\sqrt{n} = 0,04\sigma$ se $\sqrt{n} = 1/0,04$, isto é, $\sqrt{n} = 25$. Por isso, $n \neq 256$.*/

||D|| - 3.1 Tamanho amostral._INCORRETA. O erro padrão da média amostral é $EP = \sigma/\sqrt{n}$, em que σ representa o desvio padrão populacional e n é o tamanho da amostra. Assim, $P = \sigma/\sqrt{n} = 0,04\sigma$ se $\sqrt{n} = 1/0,04$, isto é, $\sqrt{n} = 25$. Logo, $n \neq 25$.*/

||E|| - 3.1 Tamanho amostral._INCORRETA. 4% do desvio padrão populacional não significa que o tamanho da amostra seja igual a 4.*/

Espaço livre